

Compre -6. MAI 2010

N.º 20

LISBOA, 12 DE MARÇO DE 1925

ANO I

Director
Oliveira Tavares

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

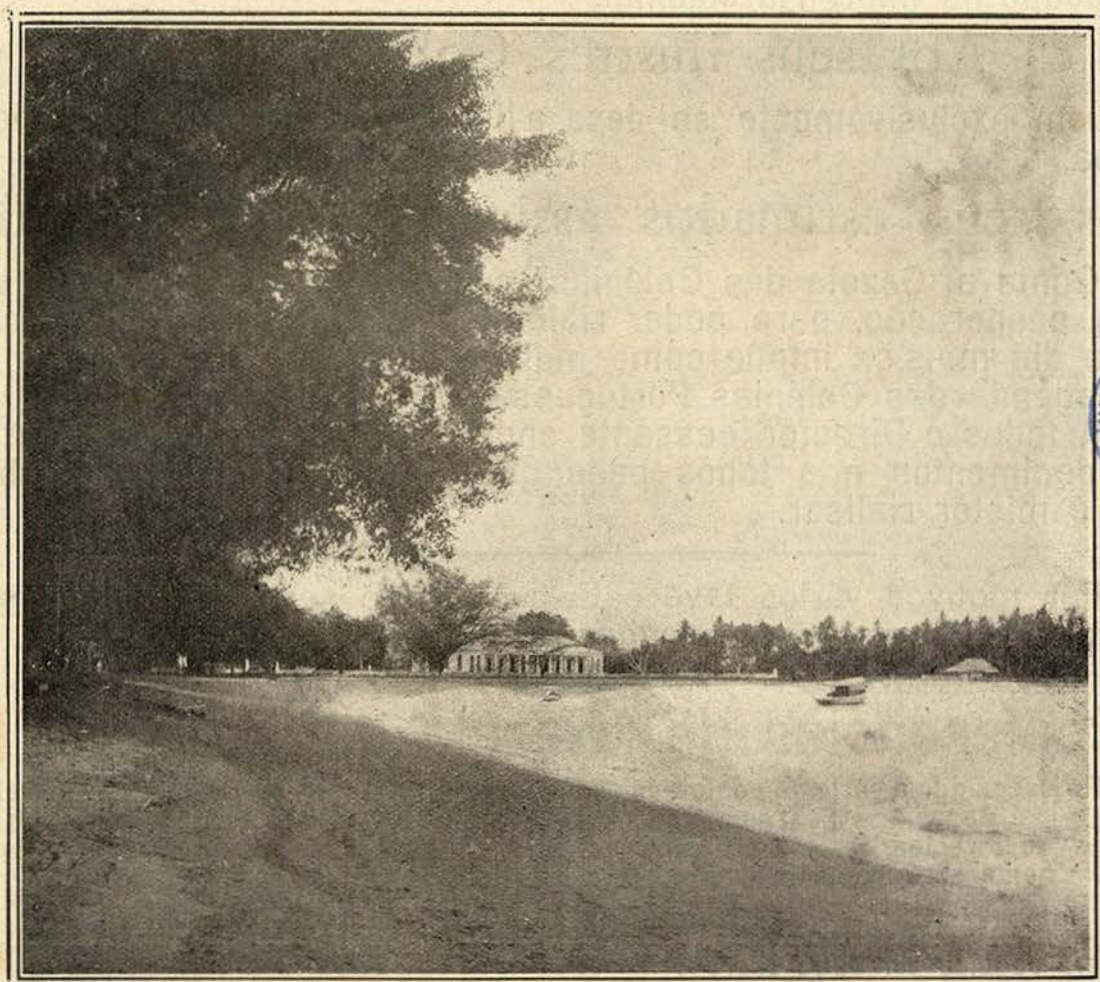
Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se na 2.ª e na ul-
tima 5.ª feira de cada mês

Redação e Administração
R. Diário de Notícias, 44, 1.º

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

ASPECTOS COLONIAIS



TIMOR — Baía de Dilly, vendo-se ao fundo o Palacio do Governo

Direcção da "Gazeta das Colónias"

Por motivo da sua próxima saída para a Africa Oriental, vai o actual Director da "Gazeta" deixar este cargo, em que será substituído pelo Ex.^{mo} Sr. Major A. Leite de Magalhães.

E' suficientemente conhecida a alta competencia do Sr. Leite de Magalhães, como escritor e como colonial, para que possa haver quaisquer duvidas ácerca da melhoria que necessariamente se operará na "Gazeta" sob a sua direcção.

Dispondo de profundissimos conhecimentos coloniais, animado por um inquebrantavel patriotismo, o Sr. Major Magalhães, que em artigos publicados na "Gazeta", no "Seculo" e em outros periódicos se tem revelado um brilhante paladino do progresso do Ultramar Português, irá, por certo, á frente da "Gazeta das Colónias" conquistar para esta o logar de destaque que é justo que ella ocupe na imprensa colonial.

Aos seus ilustres Colaboradores

a quem exclusivamente se deve a lisonjeira posição que já hoje occupa, e

Aos seus estimados assinantes e anunciantes

Conta a "Gazeta das Colónias" continuar a merecer a sua valiosa cooperação, para poder rialisar a missão que tomou, e que dia a dia mais se impõe como indispensavel—"a da defesa e da propaganda das Colónias Portuguesas".

A todos o Director cessante endereça os seus mais sinceros agradecimentos e a todos pede que se unam em volta da obra que é mister rialisar.

Por motivos vários teve este numero de ser retardado na sua publicação, do que pedimos desculpa aos nossos assinantes.

Conferencias da "Gazeta das Colónias"

Prosseguindo a série de conferencias promovidas pela "Gazeta", vai o Ex.^{mo} Sr. Heitor Eugénio de Magalhães Passos, antigo Senador, que em Moçambique desemphou as funções de Director Geral do Ensino, realizar, no dia 28 de Março e em local que oportunamente será indicado, uma conferencia subordinada ao tema

ENSINO NAS COLÓNIAS

que será seguida por outra sobre o

ENSINO COLONIAL

em que será conferente o Ex.^{mo} Sr. Visconde de Almeida Garrett, illustre professor da Escola Colonial.

As entradas serão por convites, podendo os respectivos bilhetes ser requisitados a partir do dia 24 do corrente, na Redacção da «Gazeta das Colónias», Rua do Diário de Noticias, 44, 1.^o

EM DEFESA...

O novo Ministro das Colónias

AO iniciarmos a publicação da «Gazeta» propuzemo-nos promover a cuidada análise e a serena discussão de todos os assuntos que á vida progressiva das Colónias se prendam, pugnando constantemente pelo melhoramento da nossa administração ultramarina.

No cumprimento dessa missão, visando exclusivamente as conveniências nacionais, temos tido bastas vezes necessidade de apontar erros a corrigir, deficiências a remediar e temo lo feito, mais do que no uso dum direito, no cumprimento dum dever que nos assiste como portugueses que não se desinteressam da vida da Nação.

Nunca porém nos preocupou, por qualquer forma, o que lá fóra se passa, a não ser quando das práticas seguidas em países estrangeiros, naquelles que têm sabido levar a um mais alto gráu a sciencia da colonisação, entendemos poder tirar ensinamentos úteis, regras applicaveis á nossa função de país colonizador.

Nunca prendemos a nossa atenção aos erros cometidos em outros países e que com frequência são trazidos ao nosso conhecimento pela sua propria imprensa.

Poderemos lamentá-los intimamente, mas nunca nos ocupámos a tirar efeitos da sua análise.

Não perfilhando a doutrina de que «o mal de muitos é conforto» não perdemos tempo em apurar os erros douctrem, para nos consolarmos dos que necessariamente se terão cometido entre nós, que serão muitos, mas cuja responsabilidade é sómente nossa e cuja critica, porisso mesmo, a nós portugueses deve pertencer exclusivamente.

Sendo assim, tendo tomado e mantido, sem esforço, esta attitude que nos é ditada pela cortesia que caracteriza a Imprensa Portuguesa, assiste nos o direito, de que não abdicaremos, de repelir toda e qualquer censura que acerca da nossa administração seja feita por quem a ela não esteja ligado por quaisquer interesses legitimos.

Vem isto a propósito de uma local recentemente publicada num periodico de Roma, em que um Sr. Mario Orsini Ratto, depois de varias e indiscretas apreciações sobre a nossa vida interna, termina por dizer: *Se si pensa che il dominio coloniale del piccolo, incapace et impotente Portogallo e molte volte più scorsio di quel dell'Italia i cui 40 milioni di abitanti non trovano sfogo in terre coloniali proprie, si comprenderá quanto ingiusta sta l'attuale distribuzione coloniale fra gli Stati Europei.*

Como nos pungiria o agravo se o julgássemos a expressão do sentir da Italia ou, pelo menos, de *alguem* que

ali pudesse orientar uma corrente de opinião.

Se como tal o considerássemos não nos seria difficil, em poucas palavras, provar quanto de injusto contém e não deixaríamos de o fazer, por certo.

Mas não; estamos absolutamente certos de que a opinião pública italiana não perfilha as grosserias do Sr. Orsini Ratto; estamos convencidos de que nenhum homem público da Italia, que tenha responsabilidades, deixará de repudiar com profundo desgosto a attitude do descortez autor da prosa citada, que pela incorrecção que manifesta, pela insensatez e pela crassa ignorancia que denuncia, não nos merece a honra dum resposta com a feição que tem de ser mantida num jornal que se preza.

Não lhe responderemos pois.

Não iremos, em obediencia aos impulsos da nossa indole e da nossa educação, até ao ponto de tomar a sério qualquer Sr. Ratto, simplesmente por ue se nos apresenta disfarçado em jornalista, mercê da complacencia dum periódico que, por certo, não mediu quanto com ela feria a sua propria dignidade.

Frases como as que transcrevemos não se discutem; a homens da natureza que o Sr. Ratto nos revela, não se responde.

Ha porém um facto que não podemos deixar de registar com a maior máguia; é o de um orgão da Imprensa Italiana, que até aqui tínhamos sempre julgado cortez, permitir nas suas colunas uma colaboração que só pode servir para lhe diminuir o prestigio.

Pela sua attitude o «Echi e Commenti» de Roma, o periódico que lamentavelmente se deixou manchar, servindo de porta-voz aos destempêros do Sr. Orsini Ratto, dispensa-nos de maiores considerações, limitando-nos por isso a lembrar-lhe que o *piccolo Portogallo* é uma nação que tem a sua acção colonizadora marcada indelevelmente em todo o mundo, em que quarenta milhões de pessoas falam a sua lingua; que o *incapace Portogallo* tem nos 2.050.000 quilometros dos seus dominios coloniais uma obra de colonisação, que terá defeitos sem duvida, mas que representa um enorme esforço, que outras nações de maior população e possivelmente de mais recursos não conseguiram ainda ri-lisar; que o *impotente Portogallo* é a nação que na Guerra não hesitou em se pôr ao lado daqueles que se propunham defender a justiça e os direitos legitimos, entre os quais devem contar-se, como dos mais indestrutíveis, os que ele tem á posse das colónias



O SR. HENRIQUE MONTEIRO CORREIA DA SILVA

O sr. Presidente do Ministério honrou-se chamando a colaborar no seu governo, como titular da pasta das Colónias, alguem que na administração do Ultramar soubera fazer um nome — lidando com as leis, lutando com as difficuldades e tratando com os homens: — é o sr. comandante Henrique Monteiro Correia da Silva.

A *Gazeta das Colónias*, que para a defesa das Colónias se criou, é com desvanecimento que regista o facto, porque a primeira condição exigida para a transformação dos nossos processos administrativos é, naturalmente, a perfeita selecção dos homens que deverão operá-la, e já demasiadamente havíamos sofrido as consequências do «arrivismo» em matéria de administração ultramarina.

Logo de inicio, o actual ministro das Colónias nos mostrou ser «the right man in the right place», atacando com decisão a questão de Angola, que ha vinte meses se estava protelando. E, se grandes eram as difficuldades em que a solução se enredava, poucos dias lhe bastaram para desviar aritos e fazer triunfar a sua vontade.

No seu passado se encontra a garantia da sua acção futura. E ao apresentarmos a S. Ex.^a as nossas felicitações pela escolha que mereceu, manifestamos a nossa absoluta confiança em que o seu nome ficará ligado a uma obra util para as Colónias e para o País.

Nesse sentido fazemos os nossos votos.

que descobriu, que tem desenvolvido e onde não abandonará a sua acção colonizadora, que realizará ainda á custa dos maiores sacrificios.

Que o «Echi e Commenti» recorde isto e pondere que tanto lhe bastará para dever manifestar a Portugal um pouco mais de respeito...

OLIVEIRA TAVARES.

POLITICA COLONIAL

A conferencia realisada pelo sr. dr. Brito Camacho

(Continuação)

VEJAMOS agora, exposta sumariamente, a minha opinião sobre o debatido problema das raças, em que termos deve ser definida, entre nós, a política colonial.

Sempre tivemos uma política colonial, escusado seria dizê-lo; mas essa política, já um pouco abandonada, convem que a desterremos por completo. Basta considerar o que se fazia em Moçambique, por exemplo, para vermos como uma tal política, ditada pela velha mania da exploração, servindo pessimamente as colónias, servia mal a Metrópole. Como se fosse exíguo o território daquela Província, ou como se não valesse a pena trabalhar o seu solo, dali exportavamos trabalhadores para S. Tomé, para a Rhodésia, para o Transvaal, e este comércio, que só porque reveste a forma jurídica dos contratos se não pode chamar escravatura, faziam-no as companhias magestáticas e fazia-o o Estado, continuando o Estado a fazê-lo ainda hoje, isto é, continuando a permitir o recrutamento de trabalhadores para fóra da Província nos territorios que estão sob a sua directa administração. Era, e ainda é, em parte, o abandono da terra e a exploração do homem. Tivemos sempre esta pecha de exportar braços, que aliás nunca possuímos em excesso, nem aqui, na Metrópole, nem nas Colónias. E de tão ruim vicio ainda não estamos curados, visto que para o Brasil mandamos, da Metrópole, qualquer coisa como cinquenta mil trabalhadores por ano; de Moçambique mandamos para a Rhodésia e para o Transvaal o melhor de sessenta a setenta mil indígenas, e chegámos a mandar, num ano, á roda de cem mil para o Rand. De Cabo Verde mandamos trabalhadores para a America do Norte, em tal quantidade que a eles se deve o equilibrio da balança económica no arquipélago, desequilibrada em duas duzias de milhares de contos.

A política colonial a definir agora, e a adoptar, tem de ser outra e bem diversa, porque tem de constituir um sistema de relações entre a Metrópole e as Colónias tendo por base o interesse comum, e num sistema de administração, em cada Colónia, que

seja o mais capaz de proporcionar o seu desenvolvimento no sentido da sua futura emancipação.

Valorizar a terra e civilizar o indígena, tal é, em síntese, a política colonial do nosso tempo, a política científica que se nos impõe, independentemente de considerações humanitárias.

Da mesma forma que o homem branco, o homem preto tem direito ao seu desenvolvimento integral, no limite das suas aptidões. E' necessário instruí-lo e educá-lo; criar-lhe um ambiente físico e uma atmosfera social que permitam o pleno desenvolvimento das suas faculdades, seja qual for a sua natural limitação. Um povo selvagem é um povo na infância; justifica-se a sua tutela, não se justifica a sua exploração.

Pelo que diz respeito á terra, é de boa política colonial reconhecer as suas aptidões, as suas possibilidades de riqueza, e trabalhá-la por forma que produza o mais possível.

Em proveito da Metrópole?

Sem duvida em proveito da Metrópole, mas também em proveito da Colónia, as duas formando uma unidade económica que se atenuará mas não desaparecerá pelo facto da emancipação.

Dentro das aptidões culturais do solo, a Metrópole deve esforçar-se por tirar da terra colonial aquilo de que mais imperiosa necessidade tenha, e que a torne tributária do estrangeiro, quer se trate de produtos agrícolas, quer se trate de matérias primas para o labor industrial.

Referiu-se o general sr. Freire de Andrade ao açúcar de Moçambique, e eu quero aproveitar o ensejo que se me oferece, sem todavia me afastar do assunto da minha conferência, para explicar perante tão ilustre assembleia um dos pontos mais atacados da minha administração como Alto Comissário.

Presentemente o consumo do País, em açúcar, deve andar á roda de quarenta mil toneladas. E' pouco, mas era menos, muito menos, antes da guerra. Na Metrópole não se produz açúcar; o que se produz nas Ilhas é pouco mais de nada. A produção de Angola de pouco excede as necessidades do consumo local. Se não

estou em erro, a sua exportação ainda não foi além de seis mil toneladas.

Pois bem. Eu pensei em habilitar Moçambique a produzir não só todo o açúcar que a Metrópole já consome, mas o que virá a consumir, quer por virtude dum aumento de população, quer por virtude do aumento de consumo por cada individuo, capitação verdadeiramente insignificante na actualidade. Fiz um contrato com a Sena Sugar, e nos termos deste contrato ela obrigava-se a aumentar de 15 mil toneladas a sua produção, e o governo da Província obrigava-se a dar-lhe facilidades e privilegios para o recrutamento de trabalhadores.

Gritou-se na imprensa, a tantos centavos a linha, que eu praticára um crime de alta traição á Pátria, que vendera Moçambique a uma firma inglesa, que sacrificára a agricultura da Província á ganancia dum açucareiro. Convem saber que um hectare de terra, na Zambézia, terra irrigada, produz, em média, setenta e cinco toneladas de cana, e que desta cana se extraem, em média, sete toneladas e meia de açúcar. Quer isto dizer que para se obterem 15:000 toneladas de açúcar são necessarias 150:000 toneladas de cana, e como um hectare de terra exige o trabalho permanente de dois homens, temos que são necessarios, para esta produção de cana, dois mil hectares e quatro mil trabalhadores. Eu apenas dei facilidades para o recrutamento de dois mil trabalhadores, e teria feito um contrato semelhante, no sul da Província, se uma firma da importância da Sena Sugar mo propuzesse. Presentemente a produção de açúcar em Moçambique deve atingir sessenta mil toneladas, e a Sena Sugar propõe-se elevar a oitenta mil a sua produção, o que só deixará de fazer se a mão de obra lhe faltar.

E' possível que um dia venhamos a produzir aqui, na Metrópole, açúcar em abundancia; mas desde já uma das nossas colónias, Moçambique, nos pode fornecer todo o açúcar que consumimos, dispensando-nos de o comprarmos no estrangeiro, pago em ouro. A verdade é que no ano passado importamos muito açúcar do Brasil, mas o facto demonstra apenas que nem temos um comercio devidamente

organizado, nem temos uma administração publica á altura das suas responsabilidades e deveres.

O que succede com o açucar, já poderia succeder com o algodão, que importamos do estrangeiro no valor de muitos milhares de contos, e que se pode considerar artigo de primeira necessidade, tão comum e tão imprescindível é o seu uso. Os produtos obtidos com esta materia prima teem largo uso nas Colónias, de modo que a cultura do algodão se impõe, porque serve um interesse comum.

Presentemente está merecendo grande favor, em Moçambique, a cultura do algodão, tanto nos districtos do Norte, onde se teem feito, desde ha muito, ensaios desta cultura, como nos districtos do Sul, principalmente no de Lourenço Marques. Baixou muito, na America, a cultura do algodão, subindo consequentemente o seu preço nos mercados inglezes, que são os mais importantes, sob este ponto de vista, do mundo inteiro. O Brazil tem intensificado, nestes ultimos anos, a sua produção algodoeira, e a França prepara-se, segundo informa o ministro Sarraut, para tirar das margens alagadas do Niger milhões de toneladas desta materia prima.

Em relação a Moçambique, já devia estar resolvido, ha muito tempo, este problema basilar—se a Provincia é ou não apta para a cultura do algodão. Esta planta é sujeita a numerosas doenças, e sofre, como nenhuma outra, das contingencias atmosféricas. A repartição de agricultura, creada pelo sr. general Freire de Andrade, é uma filarmónica desafinada, incapaz de orientar os agricultores, por falta de competencia. O regimen dos rios não está estudado; a metereologia da Provincia começou ha pouco a fazer-se; não ha barragens, não ha canais de irrigação, não ha drenos que enxuguem as terras alagadas, e não ha dinheiro para tudo isto, que exige o dispendio de muitos milhares de libras. Eu pretendi contratar um técnico, inglés ou americano, que estudasse a Provincia no ponto de vista da cultura do algodão; mas não o consegui. Continuaremos a importar, Deus sabe por quanto tempo, as dezoito mil toneladas de algodão que alimentam as nossas fabricas, tributarias do estrangeiro a respeito duma materia prima que poderíamos facilmente produzir. Em nenhuma das nossas colónias está feita a respectiva carta geológica; em nenhuma se fêz ainda a respectiva carta agrológica, havendo numa ou noutra trabalhos fragmentários deste genero, que é necessário completar sem perda de tempo.

Não se acredita facilmente que não

haja um mapa florestal de Moçambique, de Angola, da Guiné, sabendo-se que nestas Provincias ha abundancia de madeiras excelentes para todos os usos industriais, pesadas e rijas, as de melhor qualidade, o que representa vantagens sob o ponto de vista da duração.

Todos os serviços publicos estão bem montados e são bem dirigidos na União Sul Africana; mas os serviços florestais, quer-ma parecer, são os mais bem organizados e os mais proficientemente dirigidos de todos. Não tardará que a União deixe de comprar madeiras no estrangeiro, sendo já bem pouca coisa o que compra em Moçambique.

Bastaria que ha vinte ou trinta anos tivéssemos defendido uma politica colonial que, tendo uma base económica de interesses reciprocos, fosse norteadora por intuitos eminentemente civilisadores, para hoje termos uma situação bem diferente da que temos, pobres na Metrópole e no Ultramar, as colónias num lamentavel atrazo sob todos os pontos de vista, e a Metrópole falha de recursos para lhes estender mão protectora, como succede com Angola.

Deviam as colónias, sobretudo as grandes colónias, Angola e Moçambique, estar cortadas de estradas, e facil teria sido construi-las num tempo, que não vai longe, em que o indigena trabalhava de graça, considerando-se feliz se em troca do seu trabalho lhe davam a alimentação. Diziam-se, e ainda hoje se diz, que o preto evita o contacto, a proximidade do branco, elegendo domicilio no meio da charneca, onde não chegam estradas, mas atalhos, o que lhe garante o isolamento. Forçoso é reconhecer que o preto tinha carradas de razão. O contacto com o branco raramente deixava de lhes ser molesto, umas vezes porque o procuravam para trabalho gratuito ou escassamente remunerado, outras vezes porque o procuravam, em nome do fisco, para lhe arrancarrem impostos, que não redundavam em seu beneficio, outras vezes, e succedia isso com relativa frequencia, porque o procuravam para o vexarem, para o desonrarem, tratando-lhe a mulher e as filhas como se fossem concubinas. Não será possivel dar aos indigenas a assistencia de que eles carecem para serem pessoas civilisadas, enquanto os não levarmos a formarem nucleos de população onde se possa chegar por caminhos faceis e commodos. Facilmente o preto, internando-se no mato, evita o nosso contacto, ainda que atraz dele corramos com tropas a cavallo; mas ser-lhe-ha completamente impossivel escapar-nos se o envolvermos numa rede de estradas por onde transitem carros. Mas ele

não fugirá de nós, como da peste, quando reconhecer que o procuramos como gente amiga, não para o incomodarmos, mas para o servirmos; não para lhe tirarmos alguma coisa do pouco que ele tem, mas para lhe darmos alguma coisa do muito que lhe falta.

Sabe-se desde ha muito tempo, e a este respeito já hoje ninguem tem duvidas, que nas colónias tropicais o preto não é apenas um auxiliar poderoso, é um trabalhador indispensavel. Nestas latitudes o branco não pode ser um rural, isto é, um homem que trabalhe a terra de sol a sol, sob pena de arruinar em pouco tempo a saude, obrigado a fugir da Africa para lá não deixar os ossos, morto prematuramente. Mesmo nas fabricas, onde a hygiene pode atingir a perfeição desejavel, proporcionando-se aos que nelas trabalham a maior soma de comodidades, mesmo ali os brancos não podem competir com os pretos, que aliá possuem optimas qualidades para lidarem com mecanismos complicados.

Mas se colonisar, como já disse, não é hoje explorar a terra como se fosse uma mina, tambem não é, tambem não pode ser utilisar o indigena como simples animal de tração. Ha que instrui-lo e educal-o, cando-lhe toda a instrução que ele possa adquirir, conforme as suas aptidões naturais, e ha que educal-o para um viver social, semelhante ao que nós temos, se não poder ser igual ou superior. Esta concepção moderna do problema colonial choca o orgulho e ameaça o interesse dos brancos que moirjam nas colónias; mas tem de ser a concepção do Estado metropolitano, que por ela tem de moldar os seus processos colonisadores.

E' geralmente sabido que o preto é imitador no ultimo grau, e não ignoram as pessoas cultas o papel que na educação dos individuos e no desenvolvimento das sociedades a imitação desempenha. Facil teria sido levar os pretos de Moçambique, os d'Angola, os da Guiné, a vestirem-se como os brancos, a alimentarem-se como os brancos, a alojarem-se como os brancos, se um vão preconceito de raça, agravado duma injusta e por vezes criminosa ambição de lucros, não tivéssem imposto uma politica colonial de exploração, tomando a palavra no seu peor significado. Pode dizer-se, sem armar ao paradoxo, que civilisar é crear necessidades; mas em relação aos pretos a unica necessidade que se lhe tem creado, com intuitos civilisadores, é a de pagar impostos. Crear-lhe

a necessidade de se vestir e alimentar como se fosse branco, era contrair a obrigação de renumerar o seu trabalho por fôrma a ele se habilitar a satisfazer essa necessidade. Mas procedendo assim o branco cercaria os lucros da sua exploração, que em muitos casos e em muitos logares era mais do homem que da terra.

Sabendo-se que na população da Metropole a percentagem de analfabetos é de setenta por cento, chega a causar pasmo que nas colónias haja, entre os indigenas, quem saiba lêr e escrever. A verdade é que o preto não tem a minima repugnancia pela escola, e aprende com facilidade as primeiras letras, mais fâcilmente que o branco, segundo ouvi a alguns mestres em Moçambique. Da sua capacidade para os estudos secundarios e superiores é prova o que succede na America, onde o nivel mental da raça sóbe de dia para dia. O que nós dispendemos com a instrução dos indigenas, nas varias colónias, é uma soma ridicula, e o resultado é haver em Moçambique, por exemplo, um número insignificante de pretos que falem o português, sendo de cada vez mais reduzido o número dos que não lêem e escrevem o landim.

A assistencia médica que damos aos pretos deixa muito a desejar em todas as nossas colónias, e nunca ela será boa ou pelo menos razoavel, nas grandes colónias, enquanto elas não forem cortadas de caminhos por onde transitem carros sanitarios, sobretudo enquanto não houver os grandes aldeamentos, fortes núcleos de população estavel, á maneira européa. É falso, absolutamente falso, que o preto recuse os socorros medicos que lhes oferecermos, em termos dêle os poder utilizar sem incomodo de maior. Quer-me parecer que não temos o direito de falar desdenhosamente dos seus curandeiros, sabendo-se que em Lisboa o curandeirismo faz concorrência á medicina, e que em muitas terras da Província ainda o bruxedo fôrma um largo capítulo da patologia.

Não merecem grande confiança os números officiais sobre a população de Angola e Moçambique, mas julgo que não ficará muito longe da verdade quem attribuir á primeira destas colónias quatro milhões de habitantes e três á segunda. Representa isto uma densidade de menos de quatro habitantes por quilómetro quadrado, e o facto tem uma alta e tristissima significação sabendo-se que a gente negra é prolifica e gosta de ter filhos.

E se fizéssemos derivar para as Colonias as dezenas de milhares de trabalhadores que em cada ano saem da Metropole com destino ao Brasil?

Antes de resolvermos sobre o melhor aproveitamento da nossa emigração, convém decidir sobre este ponto — se ela é um mal necessario, ou se representa uma doença curavel, um vicio de funcionamento mais que de structure, susceptivel de correção.

A verdade é que não temos, no continente, população em excesso, não temos sequer a população necessaria para a conveniente exploração da terra e correlativas industrias.

Segundo os números officiais, que talvez não sejam apurados com o desejavel rigor, a densidade média da nossa população, no País inteiro, é de 64 habitantes por quilómetro quadrado, havendo Provincias, o Alemtejo, onde esta média não vai além de dezenove. Isto quer dizer que sômos um País de população escassa, um País falho de trabalhadores. Se ao mesmo tempo fôssemos um País miseravel sob o ponto de vista das riquezas naturais, incapaz de sustentar a diminuta população que tem, sufficientemente explicada e justificada estaria a nossa emigração, porque de facto teríamos gente a mais, um excesso de população que para não morrer aqui de fome, carecia de ir procurar trabalho e alimento na terra estranha. Mas eu não quero afastar-me do assunto que me propuz tratar e o estudo do nosso problema demografico não é para ser tratado episodicamente, como incidente, no decurso duma exposição sobre politica colonial.

Em Moçambique, como em Angola, ha pontos onde o europeu vive sem prejuizo da sua saude, observando escrupulosamente os preceitos duma boa hygiene; mas que iria para aí fazer o nosso emigrante analfabeto, sem capital que o habilite a explorar a terra de sua conta, e sem capacidade física para a explorar, trabalhando-a, por conta alheia?

Dos colonos que o sr. general Freire de Andrade, oriundos da madeira, pertendeu fixar no Umbeluzi, a uns trinta quilómetros de Lourenço Marques, o ultimo morreu tuberculoso pouco depois de eu chegar á Província.

Não está provado que a familia europea se adapte nos climas tropicais, a não ser creando um meio artificial, o que exclue o conceito de adaptação. Na União Sul Africana ha presentemente milhão e meio de brancos; mas a União fica muito para baixo da zona intertropical, e ainda assim a quasi totalidade da sua população branca fôrma os aglomerados citadinos, que vão até centenas de milhares de habitantes.

Facilmente se conclue do que acabo

de dizer, que devemos cercar de cuidados a saúde e a vida do indigena em Africa, instrui-lo e educá-lo, porque sem ele aquela terra é um vasto cemiterio.

Fácil é instruir o preto, porque êle tem aptidões para aprender tudo quanto lhe ensinam. É bom artifice, bom musico, bom marinheiro; cosinha na perfeição e combate com valentia. Os pretos da Zambesia fazem lindos trabalhos de ourivesaria, muito originaes, sempre os mesmos, é certo, desde gerações esquecidas.

As missões religiosas serão o melhor instrumento de civilização indigena?

Posso afirmar, sem receio de ser desmentido, que a catequese, o proselitismo religioso, o ensino das orações devotas e a explicação dos livros santos, só por si, nada mais conseguem do que sobrepôr na mentalidade do preto, crenças sobre crenças, superstições novas sobre velhas superstições, deixando-o selvagem como era antes de o batisarem, talvez mais hipocrita, perdida a ingenuidade primitiva. O trabalho é o grande meio civilizador do preto; as Missões em que não se trabalha, e acontece isso, em Moçambique, na maior parte das Missões católicas, não preparam o indigena para ser um homem útil, sendo duvidoso que o preparem para ser um devoto sincero, em vez de beato fingido.

Preocupa-se a Igreja com a salvação dos justos?

Se do mesmo passo ela se esforçar para extrair de cada selvagem o homem civilizado que nele virtualmente existe, o Estado deve auxiliá-la no seu empreendimento, dando-lhe vantagens e facilidades que tornem bem eficazes os seus serviços. Está bem que os pretos vão para o céu, quando morrerem, mas é absolutamente necessario que na terra, enquanto vivos forem, sejam homens prestimosos, qualidade que não se adquire resando e ouvindo missa.

Muito teria que dizer, sobre missões religiosas e laicas, não só no ponto de vista doutrinario ou filosófico, mas sob o ponto de vista pratico, considerados os fructos do seu trabalho num periodo de largos anos; mas a hora vai adiantada, e eu não quero abusar da generosa atenção com que tenha sido escutada a minha desusada perlanga. A moral indigena não tem sido influenciada pela evangelização católica; os pretos educados nas missões praticam a poligamia como os outros, e talvez por aí lhe ensinarem que três pessoas distintas são uma só verdadeira, ele acredite que pode ter, sem offensa da Igreja, tres mulheres na palhota, desae que só uma é a Grande.

A escolha do pessoal que a Metrô-

pole manda para as Colónias é um dos aspectos graves do problema colonial, e bastante má tem sido essa escolha, com as excções do estilo, pelo que ás nossas colónias diz respeito. Se a burocracia da Metrópole deixa muito a desejar, no que toca a zelo e competencia, deve-se isso ao modo como se tem feito o seu recrutamento, subordinado á regra de pagar serviços, tantas vezes fantasiosos, e arrumar parentes, amigos ou correlligionarios a quem repugna o trabalho livre na medida em que apetece comer á meza do orçamento. O funcionalismo das Colónias deve ser recrutado com mais rigor, conhecida como é a influencia que o m io cósmico e o meio social exercem sobre o temperamento e o caracter dos individuos nas regiões tropicais. Demonstrou-se á mais irrecusavel evidencia que os empregados públicos se não fixam na colónia que servem. Amealham o que pódem; vencem as suas comissões de serviço e toca para a Metrópole, muitos deles reformados numa idade em que ainda o vigôr do corpo e do espirito permite aturado trabalho. A Colónia, para a maior parte, é o chafariz onde cada qual enche a sua bilha, pouco se importando que depois dela cheia a fonte séque. Legislou-se em M. çambique, no tempo de Antonio Ennes, por fôrma a prender o funcionário á Província, dando-lhe a concessão gratuita de terras. Tais concessões eram vendidas na primeira oportunidade, ás vezes por boas libras, nada lucrando o Estado com esta transacção, como se houvesse o propósito de crear e alimentar uma industria de concessões, rendosa e sem dispendio por banda dos concessionários.

Para mostrar, duma fôrma bem frisanste, a necessidade que há, nas Colónias tropicais, de aproveitar o melhor possivel, a população indigena, e procurar torná-la de cada vez maior e mais habil para o trabalho de toda a natureza, direi a V. Ex.^{aa} o que se passa em Moçambique. Esta Província mede uma superficie que é dez vezes a da Metrópole, ou sejam 800 mil quilómetros quadrados. A sua população branca não excède, e talvez não atinja, vinte e cinco mil habitantes de todas as provincias, o que dá um habitante por trinta e dois quilómetros quadrados. E aqui viria a propósito considerar o regimen de propriedade indigena e os auxilios e facilidades que a Administração deve proporcionar aos respectivos agricultores para que eles produzam mais e melhor, em termos que a sua produção avulte no comércio exterior.

E' necessário que uma Colónia valha muito pouco, valha pouco mais de nada, para que não se justifiquem todos os sacrificios que a M trópole faça para a desenvolver, levando o seu desenvolvimento ao máximo das suas aptidões de toda a ordem. Póde ser demorada ou tardia a compensação, mas dar-se-há cedo ou tarde. Quem nos diria, ha uma duzia de anos, que a França encontraria nas suas colónias, auxilios valiosissimos para lutar contra os alemães; que essa raça inferior, que é a gente negra, olhada com soberano desdem nos fáceis tempos da paz, havia de mandar para a guerra, na Europa, nas horas incertas da refrega, seiscentos mil

soldados e aproximadamente trezentos mil trabalhadores, homens de tño bô tempera que resistiram nos invernos gelados da Flandres, combatentes a quem o inimigo em nenhuma ocasião viu as costas, porque os encontrava sempre de frente, só pela côr da pele se distinguindo dos europeus, seus companheiros de armas?

Disse no começo da minha palestra que é necessário fazer a propaganda das Colónias, e acrescentei que era igualmente necessário, e de reconhecida urgencia, definir uma politica colonial, consistindo em principios e regras de administração.

Direi agora, para terminar, que será inutil a propaganda das Colónias e da mesma fôrma inutil a definição duma politica colonial, se não houver no Terreiro do Paço e nas Provincias Ultramarinas continuidade de acção governativa. De ha quatorze anos a esta parte já tivemos para cima de quarenta ministros das Colónias, e Moçambique, para só falar da Colónia que melhor conheço, já viu uns dezesseis a dezoito governadores instalados no chamado Palacio da Residencia. Admitindo que para o Terreiro do Paço só vão pessoas competentes, e que para o Ultramar só vão pessoas idóneas, pergunta-se o que pódem fazer umas e outras no desempenho das respectivas funções com este absurdo inquilinato a dias, a semanas ou a meses?

E' indispensavel pôr a administração colonial, em Lisboa e no Ultramar, fóra das contingencias da intriga politica neutralizando a respectiva pasta, e deixando de tratar os governadores como se fossem secretarios do Ministro.

Disse.

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Represen'tantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

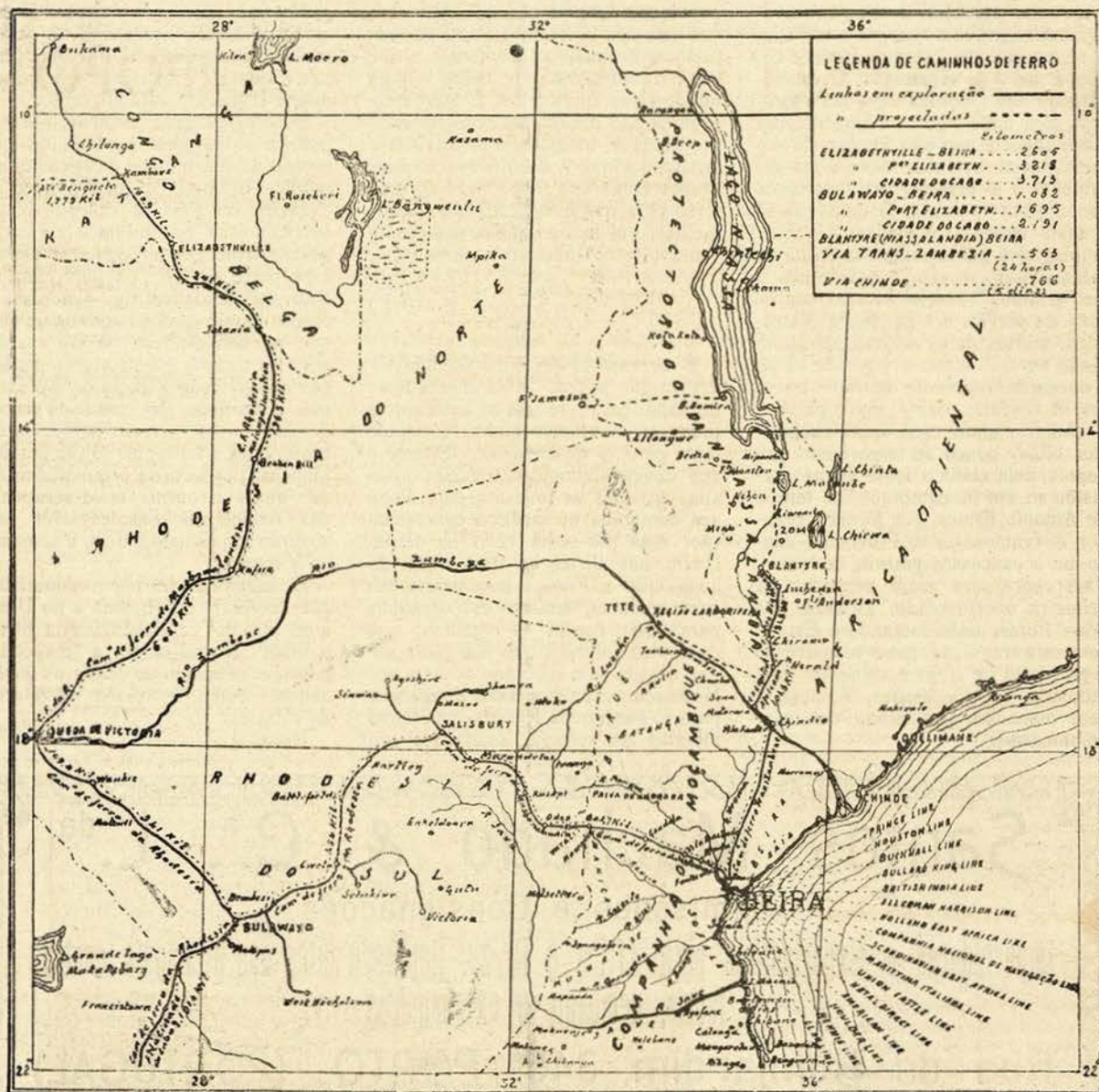
Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolamá. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguela, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental



Agricultura Colonial

IRRIGAÇÃO DO VALE DO LIMPOPO

(CONTINUAÇÃO)

Grangeiros

Usualmente, se os talhões dão corte mais de 5 ou 6 anos seguidos, uma volta de enxada é suficiente como grangeio, porque as plantas bem depressa se senheiriam de terreno, dominando-o, e impedem o crescimento das ervas daninhas. Porém talhões ha, onde uma só sacha não é bastante, sendo necessario duas e mesmo mais.

O numero de sachas que um campo exige, é um indicador seguro da vitalidade da cana e do numero de cortes que ainda é capaz de dar em boas condições economicas sem ser replantada.

Como regra geral o campo que necessita mais de duas voltas de enxada deve ser lavrado de novo e replantado ao cabo de um ano de poiso, pelo menos.

O numero de homens necessarios para dar volta a um hectare em 10 horas de trabalho, vai de 20 a 25, na primeira sacha, e 12 na segunda.

Os amontoadores prestam neste cultivo excelentes serviços, poupando mão obra que é já hoje de bem difficil obtenção, pelo exodo constante de braços para as minas do Rand, cuja permissão tal como se tem feito é, em nosso entender e no de todos aqueles que não pontificam de catedra lá longe sem conhecimento directo das necessidades crescentes de momento a momento das industrias agricolas bem genuinamente portuezas e em pleno desenvolvimento na nossa Africa, das quais já muitas não receiam paralelo com as dos vizinhos da União e da Rhodesia — uma medida deveras inhabil, anti-economica e até mesmo impolitica.

Côrte, transporte e produção

A época de corte varia sempre com a capacidade das fabricas e provavelcolheita. Aqui, geralmente, começa em Maio e estende-se até Novembro. Porém, os meses em que a percentagem de assucar, por tolenada de cana lançada aos moinhos, é maior, são: Julho, Agosto e Setembro.

O corte faz-se manualmente por meio de facas—as facas de cana—.

O transporte para as fabricas é feito em caminho de ferro agricola de 60 cm. de bitola com tracção animal (bois) ou com pequenas locomotivas a carvão e a alcool.

Ha necessidade de transportar rapidamente a cana para os moinhos, porque á sua demora, embora de poucas horas, corresponde sempre uma perda de assucar. Segundo a «South African Agricultural Series» uma demora de 48 horas no transporte traduz-se por uma perda de assucar avaliada em 10 %.

Antes de se proceder ao corte de um

determinado talhão de cana *Uba* lança-se-lhe fogo, que queimando as folhas mortas e as já amarelecidas, economisa pessoal na desfolha, abrevia e facilita a ceifa e a moedura.

Quanto á produção, ela é muito variavel. Todavia poderemos fixar a média de 80 toneladas por hectare para campos que não tenham mais de 5 cortes seguidos.

A irrigação da cana influi notavelmente na sua produção. Esta, nos terrenos de regadio, é por vezes superior á dos de sequeiro em mais de 60 %.

A cerca da idade da cana e rendimento dos campos pode afirmar-se que alem de 5 ou 6 cortes consecutivos, isto é, de 5 ou 6 anos de produção da mesma planta, a exploração já não é suficientemente remuneradora, impondo-se o acharruamento das terras a sua adubação ou, pelo menos, o seu poiso, para só depois se replantarem.

Com dois, três anos de vida da plantação obtem-se bastantes vezes 113 e 120 toneladas por hectare; mas para além de 8 ou 10 anos de cultivo seguido as 10, 13 e 20 toneladas tambem não são raras, o que quasi nem mesmo paga os serviços de lavoura.

E mais uma vez, a proposito da produção dos campos, não nos furtaremos a transcrever alguns periodos acerca da cultura da cana na Louisiana, tirados do — Report of the Committes on Agricultural

Progress of the American sugar cane League—, por inteiramente terem applicação no Buzi:

«When we go deeper into the reason for the variation of the yield of cane we are bound to come to the conclusion that its primary cause is a decided decrease in the permanent fertility of a large amount of the acreage devoted to the plant».

Pelo que toca aos cuidados de grangeiros, sabe-se, como já dissemos, que aumentam fortemente com a idade da plantação.

A qualidade de cana creada em terras lavradas de novo é bem superior á dos campos antigos: as plantas são altas, por vezes muito mais altas que um homem e de grossura superior a duas polegadas.

Adubação

Hoje, aqui, e em virtude da riqueza dos terrenos, não se fazem adubações. Mas andando á roda de 1500 gramas de azote, 977 gramas de potassa e 666 gramas de acido fosforico a quantidade de elementos nobres que uma tonelada de cana extrai do solo, é muito provavel que amanhã ou depois haja necessidade de pensar na adubação, e mesmo até para elevar as médias de produção dos campos.

Em nosso entender, podem fazer-se no



Uma plantação de canna de assucar

Buzi duas adubações com seguros resultados, uma verde, constituída por leguminosas semeadas na ocasião da decrua e enterrada na época das plantações; outra química, fortemente azotada, em virtude da pobreza em azote apresentada pela cana, planta forraginosa rica em hidratos de carbono.

Quer no caso da adubação verde — (as ervilhas dão óptimos resultados pelo azote que fornecem á terra e pela renovação do humus), (1) quer no caso do emprego do adubo químico, a applicação cuidada da cal pulverisada deve dar bons resultados.

No Natal é de uso corrente e vantajoso o emprego dos melações e aguas de cal provenientes do fabrico do assucar, lançados á razão de 900 kilogramas, por hectare de terreno em cultura; e no arquipelago do Hawaii emprega-se o nitrato de sod em grande escala (2).

Quanto á adubação das terras destinadas á cana de assucar, diz Sawyer:

«It is generally agreed that a substantial proportion of the fertilisers intended to be applied for use of the plant cane should be incorporated with soil in furrow at the time of planting; but one-half of total dressing of phosphates and potasse may, with advantage, be reserved for later application».

«This is to be done by ploughing a furrow 8 to 9 inches in depth on each side of the cane row at a distance of about a foot, from the stools».

«The fertilisers, carsfully mixed imme-

(1)—Report of the Committes on Agricultural Progress of the American Sugar Cane League for 1923.

(2)—Cane á sucre aux iles Hawai et á la Reunion.

diately planting, should be apread at the botton of the furrow, and a small plough, set to a depth of 5 to 6 inches, should be used to cover them with a layer of soil. This dressing should be given at commencement of the spring following on the planting of the cane».

Irrigação da cana do assucar

A irrigação, no Buzi, é feita presentemente por meio de bombas acionadas por locomoveis e por motores de gaz pobre.

Dos 4000 hectares em cultivo, 1800 na Nova Luzitania, são irrigados.

Disse-se que a variedade aqui cultivada que mais agua exige é a *Green Natal*. E' lhe mesmo indispensavel, na época seca, uma rega cada 27 dias.

As bombas lançam agua em conductores que por sua vez a distribuem pelos canais primarios e estes pela rêde de sulcos de réga dos respectivos talhões.

Os sulcos abertos á charrua e á enxada, entre cada dois regos seguidos de cana, logo que esta atinge uns 25 cms., enchem-se de agua até á altura de 30 cms., aproximadamente, e tem 25 metros de comprimento, o que dá para talhões de 400 metros ou de 16 hectares, 16 canteiros de rega.

A dotação de rega por hectare e por segundo oxila entre 0,80 e 1,3 litro.

O pessoal necessario ao grangeio e irrigação dos campos de regadio é superior 25 %, em numero, ao exigido na cultura de sequeiro.

Os metodos de irrigação da cana variam pouco, dependendo a sua pratica das circunstancias locais, tais como: quantidade e qualidade de agua; custo da sua elevação; trabalho na pratica das regas, pericia com que é feita e vigilancia requerida;

natureza do solo e a sua contextura, facilidade de estabelecimento dos sistemas de drenagem; altimetria dos campos, por causa dos movimentos de terras na construção dos canais de réga e vales de enxugo; variedade da cana cultivada e fórma como se comporta com a agua de irrigação, sua produção e afolhamento; periodos de rega e relações destes com o crescimento das ervas más; e, finalmente, possibilidade de adicionar adubo á agua empregada—circunstancias que é necessario ponderar sempre que queira fazer-se uma irrigação proveitosa.

Dissémos, no começo deste paragrafo, que a irrigação se faz actualmente, por meio de bombas. Este processo é devéras dispendioso e nem sempre seguro; por isso, é intenção da Companhia substitui-lo, em breve, pela irrigação directa feita com a derivação das aguas do Buzi por meio de um açude construído na Estação a 50 km. da Séde, de que falámos no começo deste artigo.

Com a realização desta obra pôr-se-hão de banda todas as culturas de sequeiro aqui praticadas, que, logo que a agua das chuvas não seja em grande quantidade, mal dão para cobrir as despesas.

Com a irrigação abundante e cuidada, feita com o resapamento e derivação do Buzi, obter-se-ha o equilibrio na produção, maneira de utilizar todos os conhecimentos scientificos da sciencia agronomica, a possibilidade de cultivar com segurança e a certeza das colheitas, tendo os adubos, necessidade imperiosa e iniludível da agricultura, o seu natural emprego nas terras de regadio.

Lourenço Marques, Dezembro de 1924.

A. TRIGO DE MORAES.

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
| *Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a*

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo-metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobiliars, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
| Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

General Joaquim José Machado



No dia 22 de Fevereiro faleceu o sr. General Joaquim José Machado, uma das mais brilhantes figuras do nosso meio colonial.

Entre os valiosos serviços que prestou ao País, avultam pela alta competencia com que foram desempenhados, o do estudo do Caminho de Ferro de Lourenço Marques á

fronteira do Transvaal, a cuja inauguração assistiu como representante oficial do Governo Português; a demarcação da fronteira entre o distrito de Lourenço Marques e o Transvaal; o Governo da Provincia de Moçambique numa situação difícil que aquella Provincia atravessava, e o Governo geral da India.

Em todas estas comissões, cheias de dificuldades, se revelou sempre o alto espirito e o inextinguível patriotismo do sr. General Machado.

O seu nome, por todos os titulos respeitado, não era conhecido sómente no País, mas no estrangeiro, onde as suas altas qualidades eram por igual apreciadas.

No Transvaal, entre Waterval Boven e Belfast, ou seja quasi a meio caminho de Lourenço Marques a Johannesburg, existe uma pequena vila a que, em reconhecimento dos grandes merecimentos do ilustre colonial, foi dado o nome de Machadodorp.

Nesta povoação, ainda ha pouco tempo se projectou uma homenagem, inaugurando-se no novo edificio dos Paços do Concelho um retrato do sr. General Machado, para tal fim oferecido pela Camara Municipal de Lourenço Marques. Esta homenagem, cuja iniciativa partiu de Mr. A. Lay, presidente da Camara de Machadodorp, deve realizar-se dentro em pouco, servindo agora para perpetuar a memória daquele, a quem em vida, queriam manifestar a sua gratidão, os habitantes daquela povoação.

Entre nós tambem não deixará, por certo, de ser prestado o merecido preito a tão alta figura.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual o ilustre extinto foi um dos mais prestimosos membros, vai numa sessão especial, patentear a sua admiração e o seu reconhecimento pela obra do General Joaquim José Machado.

A essa manifestação se devem associar todos os coloniais, que no General Machado tiveram um brilhante exemplo e um grande orientador.

A *Gazeta das Colónias* prestando a sua homenagem á memoria do grande colonial português, cumpre um indeclinavel dever, a que junta o de apresentar as suas mais sinceras condolencias á ilustre familia enlutada.

COTAÇÕES

TITULOS

TITULOS	Em 7 de Fev. de 1925			Em 21 de Fev. de 1925			TITULOS	Em 7 de Fev. de 1925			Em 21 de Fev. de 1925											
	OFERTAS			OFERTAS				OFERTAS			OFERTAS											
	Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel		Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel									
Div. Interna fundada																						
As. tit. 20.000\$00	—	—	—	—	—	—	Companhias	Caminhos de ferro:	Nacional	—	—	16\$00	—	—	—							
As. tit. 1.000\$00	32,	32,20	—	32,	32,	—			Beira Alta	—	—	—	—	—	—							
As. tit. 500\$00	29,50	29,50	—	29,50	—	—			Colonias:	Açúcar de Augola	135\$00	130\$00	130\$00	—	121\$00	126\$00						
As. tit. 100\$00	29,	—	—	29,50	—	—				Agric. Bela Vista	—	—	74\$00	—	—	70\$00						
Coupon tit. 1.000\$00	30,50	—	—	—	—	30,50				Cazengo	495\$00	490\$00	500\$00	—	—	498\$00						
Coupon tit. 500\$00	—	29	—	—	29,50	—				Agric. Ganda, Soc.	—	—	165\$00	159\$00	—	—						
Coupon tit. 100\$00	—	28	—	—	29,50	—				Agric. Principe, E.	—	10\$30	—	—	10\$50	10\$50						
Emp 3 0/0 1905	—	—	9\$50	—	—	—				Agric. Ultramarina	152\$00	—	154\$00	—	141\$00	152\$00						
Emp 4 0/0 1888	—	—	—	—	—	39\$00				Agric. Colonial Soc.	—	250\$00	258\$00	242\$00	241\$00	244\$00						
Emp 4 0/0 1890 c	—	—	39\$00	—	—	39\$00				Amboim	74\$00	76\$00	—	75\$00	75\$00	76\$00						
Emp 4 1/2 1888-89 as.	—	—	38\$00	—	—	38\$00	Boror	194\$00		192\$00	193\$00	—	—	193\$00								
Emp 4 1/2 1888 89 c	—	—	—	40\$00	—	42\$00	Cabinda	4\$10		4\$00	4\$20	—	3\$85	4\$00								
Emp 4 1/2 1912 ouro.	—	630\$00	680\$00	—	630\$00	635\$00	Colonial Buzi	119\$00	118\$00	119\$00	—	114\$50	116\$00									
Emp 5 0/0 1909 c	—	41\$00	43\$00	—	40\$50	—	Congo Português	—	—	—	—	—	—									
Emp 5 0/0 1917 c	44\$00	44\$00	44\$50	—	—	44\$50	Ilha do Principe	—	385\$00	391\$00	—	381\$00	384\$00									
Emp 6 1/2 1923 ouro.	436\$50	—	—	417\$50	441\$50	442\$50	Luabo	—	—	405\$00	—	—	—									
Externas 1ª serie	437\$00	—	—	414\$00	—	44\$00	Moçambique até ao n.º 1 222.221, inc.	—	—	—	—	—	—									
Externas 3ª serie	488\$00	—	—	500\$00	505\$00	—	Nyassa	—	—	—	—	—	—									
Cautelas da 3ª serie	—	21\$50	—	—	22\$00	—	Sul de Angola	—	52\$00	63\$00	55\$00	50\$00	58\$00									
Obg Div Prov de Angola 3 0/0	—	—	60\$00	—	—	62\$00	Zambesia do n.º 500.001 a 600.000	15\$00	15\$00	15\$50	—	—	—									
Ações																						
BANCOS:																						
Alentejo	83\$00	83\$00	—	—	—	84\$00	Obrigações	Caminhos de ferro:	Através Africa 5 0/0	198\$50	198\$00	199\$00	188\$00	—	190\$00							
Aliança	—	620\$00	650\$00	—	—	—			Beira Alta 3 0/0 2.º grau	—	40\$00	—	—	38\$00	—							
Colonial Português, p.	51\$00	—	53\$00	50\$50	—	—			Benguela, 5 1/2	1 069\$	—	—	1 075\$	1 072\$	1 080\$							
Colonial Português, a.	—	—	—	45\$00	41\$00	45\$00			Norte e Leste 3 0/0 1.º gr.	—	138\$50	140\$00	133 00	138\$00	134\$00							
Colonial Português c.	60\$50	58\$00	—	56\$50	—	56\$00			Norte e Leste 3 0/0 2.º gr.	37\$50	37\$00	38\$00	—	36\$00	—							
Comercial de Lisboa	312\$00	—	312\$00	293\$00	—	—			Diversas:	Aguas 4 1/2 0/0 c.	48\$00	47\$00	—	—	53\$00	—						
Credito Nacional	—	—	—	100\$00	—	—				Banco Nacional Ultramarino 4 1/2 a.	—	—	—	—	—	—						
Industrial Português c.	—	—	48\$00	—	—	—				Banco Nac. Ultramarino 4 1/2 c. (ouro)	—	—	—	—	—	—						
Industrial Português a.	—	—	—	—	—	—				Banco Nac. Ultramarino 6 0/0 h.	—	—	—	—	—	—						
Lisboa & Açores	500\$00	500\$00	505\$00	450\$00	500\$00	455\$00				Produtos coloniais												
Nacional Agricola c.	60\$50	58\$00	—	56\$00	—	56\$00	Cambios															
Nacional Agricola p.	—	—	—	54\$00	5 1/2	55\$00	PRODUCTOS	Quant.		Em 7 Fev. 1925	Em 21 Fev. 1925	PRODUCTOS	Quant.	Fv. 1925 Em 7	Fv. 1925 Em 21	Cotação oficial	Em 7-2-1925		Em 21-2-1925			
Nacional Agricola a.	51\$00	—	53\$00	45\$00	41\$00	45\$00											Compra	Venda	Compra	Venda		
Minho	297\$00	296\$00	29\$00	289\$00	—	—	Algodão	1 k.		12\$00	12\$00	Cocono e de Loanda	15 k.	30\$ 0	32\$07	Londres	99\$00	99\$50	99\$00	99\$50		
Nac. Ultramarino, a.	212\$00	212\$50	215\$00	201\$00	203\$00	203\$00	Amido de mandioca	»		—	—	Couros limpos	»	7\$00	8\$00	Fla. de Julho	—	—	—	—		
Nac. Ultramarino, c.	237\$00	—	—	2 05\$00	—	231\$00	Borracha de Ambiz 1ª	»	7\$50	8\$00	Farinha de mandioca	»	—	—	Paris	1.10.3	1.11.3	1.10.3	1.10.5			
Popular Português	—	—	—	—	—	—	» 2ª	»	5\$00	6\$00	Fibra de agave	»	—	—	Alemanha	4.70	5.00	5.02	5.05			
Portugal	820\$00	—	—	810\$00	—	8 5\$00	Loanda e Beng. 1ª	»	7\$00	7\$50	Goma capolo	»	—	36\$00	Praga	61	6.25	6.61	62.5			
Português e Brasileiro	112\$00	112\$00	112\$50	112\$50	—	112\$50	» 2ª	»	4\$00	5\$50	Marfim de lei	»	—	—	Holanda	8.26	8.39	8.27	8.40			
Companhias													Madrid	2.95	2.98	2.95	2.98	Belgica	1.06.5	1.07	1.05.0	1.06
Diversas:													Italia	83	87	81	85	Suiza	3.92	4.02	3.93	4.03
Nacional de Navegação	224\$00	—	—	217\$00	217\$00	—	» escolha	»	35\$00	30\$00	» meão	»	—	—	Suecia	3.16	3.19	2.17	3.20			
Pesca e Transportes	—	—	—	77\$00	77\$00	81\$00	» branca 1ª	»	70\$00	65\$00	» preto	»	—	—	Nova-York	20.13	20.95	20.18	21.50			
Cimentos de Leiria	—	50\$00	70\$00	—	70\$00	70\$00	» miuva	»	60\$00	52\$00	» escarvalho	»	—	—	Brasil	2.23	2.40	2.15	2.32			
Credito Predial	32\$10	32\$00	32\$50	31\$60	31\$60	32\$00	» Marfim de lei	»	134\$00	129\$00	» de Loanda	»	—	—	Rio de Janeiro	—	—	—	—			
Produtos coloniais													» de Loanda	»	—	—	Libras ouro	—	—	—	—	
Cambios													» de Loanda	»	—	—	Agio do ouro	—	101.50	—	101\$50	

COLONIAS E COLONIAIS

(Comentários á margem do relatório que, ácerca de «O Distrito de Cuanza Sul», acaba de publicar o sr. Major A. Leite de Magalhães)

O sr. Major Leite de Magalhães, ainda novo, é um velho colonial, pois conta qualquer coisa como dezesseis anos de vida nas colónias, parte, em Timor, parte na Índia, parte em Angola.

Geralmente dizem-se coloniais os individuos, burocratas civis ou militares, que um dia desembarcaram numa colónia, e ali se demoraram algum tempo, o necessario e suficiente para vencerem uma comissão de serviço, ou para realizarem economias que lhes permitam, em certa medida, tapar buracos na Metrópole. Estes coloniais teem o habito de falar alto, e conseguem fazer-se ouvir no Terreiro do Paço, isto é, no Ministério das Colónias, por via de regra entregue a coloniais da sua força e equivalência. Das colónias conhecem apenas aquela em que estiveram, e desta, com raras excepções, só conhecem... a repartição em que trabalharam. Mas falam de politica e administração colonial com um saber de experiências feito, dando conselhos e expondo alvitres, com um desembaraço e um despejo de estarrecer as gentes metropolitanas.

O sr. Major Leite de Magalhães é um verdadeiro, um autentico colonial. Inteligente e culto, tendo as curiosidades de espirito que geralmente teem os homens assim dotados, a colónia em que se achava, exercendo funções civis ou militares, era para ele um campo de observação e de estudo, não apenas uma repartição pública onde se passam algumas horas do dia, a mexer em papeis. São prova do que fica dito os seus trabalhos sobre *A Ilha de Ataúro e seus habitantes*; *Subsidios para o estudo da ethnologia dos povos de Timor*; *A provincia de Satari*; *Memória descritiva dos recursos agricolas de Timor e O Distrito do Cuanza-Sul*.

Teve o sr. Major Leite de Maga-

lhães a gentileza de me oferecer, com uma dedicatória excepcionalmente cativante, este seu último trabalho, um relatório que não é apenas a enumeração do que fez durante o tempo em que governou aquele distrito, mas uma memória, um estudo



O SR. MAJOR A. LEITE DE MAGALHÃES

proficiente daquela vasta e fertil região, considerada sob multiplos pontos de vista.

Digamos, antes de mais nada, que o sr. Major Leite de Magalhães não é apenas um escritor correcto, é um escritor elegante, sem que na sua prosa haja o quer que seja de precioso ou rebuscado.

O seu relatório, aquele de que me estou occupando, é das mais valiosas monografias que conheço sobre Angola, vastissima Provincia — um milhão e duzentos mil quilómetros quadrados de superficie — cujo estudo só pode ser feito parceladamente, por trabalhos como aquele com que o sr. Major Leite de Magalhães veio enriquecer a nossa literatura colonial. E' sobretudo digno de especial menção o capitulo relativo á população do Distrito. O sr. Major Leite de Maga-

lhães, a meu ver com razão, procura mais na linguistica do que na anthropologia a diferenciação das raças varias que concorreram para a formação da actual população do Cuanza-Sul, bastante mesclada, traindo multiplas origens etnicas. De cada vez os caracteres schematicos ou anatomicos teem menos importância para a definição e classificação dos agregados rácicos, sendo certo que eles não teem a fixidez que por muito tempo se lhes attribuiu, tão pouco fixos que o austriaco, no breve período dum século, passou de braquicéfalo a dolicocefalo, segundo o professor Benedickt, se não estou em erro. Além disso sabe-se hoje que não ha uma directa e inalteravel correspondência entre os caracteres fisicos e os caracteres fisiopsicológicos, sem ter em conta que o homem é de cada vez mais um elemento social, sendo por conseguinte mais á sociologia do que á anthropologia que devemos pedir a explicação do seu desenvolvimento histórico até á hora actual.

Vê-se, do relatório do sr. Major Leite de Magalhães, que o distrito do Cuanza-Sul é uma terra cheia de possibilidades de riqueza, sendo já hoje uma região prospera, muito no ponto de vista agrícola, muito pouco no ponto de vista industrial. Vale a pena que olhe para ela, com solicitude, o governo da Provincia, porque ela compensará largamente todos os sacrificios que por ela fizerem.

Subscreveria com orgulho o relatório do sr. Major Leite de Magalhães eliminando-lhe alguns períodos da página 85, e rectificando alguns dizeres na página 108.

O respeito pela propriedade indígena não é uma sentimentalidade piegas, porque é o reconhecimento dum direito sobre que assenta a organização social de todos os tempos, com minusculas excepções comunitá-

rias — o da propriedade individual. Quando nós chegamos á Africa, já os pretos lá estavam e eram proprietários. As terras desocupadas — ainda hoje isto succede — eram em extensão bastante para darem emprego á actividade duma legião, quanto mais á de meia duzia de colonos. E pois que nos propunhamos civilizar o negro, o que devíamos era ensiná-lo a trabalhar, a cultivar, ensino feito pelo exemplo mais do que por quaisquer processos didáticos. Tirar-lhe o que era dele, por legítima aquisição — *primum capiendi* — isso não, porque nenhuma lei jurídica ou moral nos autorizava a fazê-lo.

Tambem não concordo com o sr. Major Leite de Magalhães no que diz a respeito á exploração em regime de pequena propriedade, dispensando a máquina porque restringe o povoamento.

Angola tem uma população especifica representada por 3,3 habitantes por quilómetro quadrado, o que é muito pouco. A máquina não faz crescer a população, mas multiplica o esforço, isto é, a energia produtora, e é como se aumentasse o numero de braços.

E' certo que as máquinas se avariavam; mas o homem tambem se avariava, quando adoecia, e não tem concerto... quando morre. De resto, nas regiões flageladas pela tsé-tsé, é muito difficil preservar os animais da sua picada mortífera, que ás vezes produz verdadeiras hecatombes, devastando rebanhos de gado.

Colonização escolhida entre os humildes cavadores de Portugal, preconiza o sr. Major Leite de Magalhães.

O cavador de Portugal não emigra

para viver, mas para adquirir fortuna, e em Africa para alcançar fortuna é necessário arriscar capital. Para simplesmente ganhar o pão de cada dia o mais pobre trabalhador metropolitano não emigra para a Africa, e a colonização de miseráveis que o sr. Major Leite de Magalhães preconiza — páginas 108 — vivendo do Estado até que a terra os ensarte de produção, exigiria o dispendio de somas que a nossa pobreza não comporta.

Dez mil familias da Metrópole instaladas no Quanza!

E' bonito como sonho, mas não se coloniza a sonhar.

Rematando esta singela noticia ácerca do relatório do sr. Major Leite de Magalhães, direi que o acompanham mapas, planos e gráficos que completam admiravelmente o texto, e que o ilustram fotografias do distrito, fixando aspectos da natureza e documentando formas de actividade colonial.

Ao seu illustre autor dirijo as minhas felicitações e renovo os meus agradecimentos.

BRITO CAMACHO



COMPANHIA DO AMBOIM

Séde — Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Representação em Angola, Loanda, Benguela e Porto Amboim

Explorações Agricolas no Amboim, Hanha do Norte (Lobito) e Bailundo

Concessionaria do Caminho de Ferro do Amboim



Angola

A CRISE DA PROVINCIA

DE Angola continuam chegando os apêlos para que a triste situação da Colônia seja resolvida, quanto antes.

≡ Não ha hoje, por certo, em Portugal alquem que não sinta a necessidade de se agir com prontidão e com acerto, para dar a Angola melhores dias. E' indispensavel que esse sentimento geral encontre a sua rialização imediata.

O Sr. Ministro das Colônias, não tem perdido tempo; caminhou direito ao fim, com uma decisão que o enobrece.

Oxalá o Parlamento, os partidos politicos e todos os Portugueses enfim, secundem eficaçmente as suas louvaveis diligencias no sentido de remediar o mal de Angola.

Que todos se lembrem do que amanhã poderá sobrevir, se aos interesses nacionais e ao prestigio do nome de Portugal, se antepuzerem conveniencias de baixa politica ou interesses pessoais.

Ao Parlamento apresentou o Sr. Ministro das Colônias uma proposta de lei, que em nosso entender contem a melhor, se não a unica, solução de momento.

Transcrevendo-a, com parte do relatório que a precede, fazemos ardentemente votos para que o Parlamento na sua discussão se oriente sempre pela intenção exclusiva de

pôr termo a uma situação que sobre ser vexatoria, nos pode acarretar amargos dissabores.

Entende o Governo indispensavel que pelo crédito a abrir o Governo de Angola possa atender aos seus dâbitos de pagamento imediato, ao seu «deficit» orçamental, e ao prosseguimento das obras de fomento na medida que o Alto Comissariado da Provincia entenda dever executar em seu ponderado critério.

Ao Parlamento foi ainda ha pouco tempo apresentado pelo anterior Governo um relatório em que figuram numeros representativos desses encargos que devem considerar se hoje ainda os verdadeiros, dentro da possível aproximação, com excepção do número previsto para «deficit», em que ha presentemente um agravamento de cerca de 15:000 contos. Mais entende o Governo que pôde eliminar-se dessas despesas urgentes o resgate de cedulas, o qual poderá, sem grave inconveniente, protelar-se.

As quantias indicadas como necessárias para pagamento immediato de dâvidas eram as seguintes:

Dâvidas em Escudos	54.751:074\$00
Dâvidas em moeda estrangeira	29.863:699\$00
Crédito de 3 milhões de libras (15 %).	9.124:485\$00
Crédito de 3 milhões de libras (parte a pagar no ano corrente da parte dos 85 %).	19.250:000\$00
Soma	112.989:248\$00

No mesmo relatório a que nos vimos referindo era calculada em 51.200:000\$00 a despesa a fazer com a utilização do material adquirido, a conclusão das obras a realizar e a rescisão de alguns contratos, quantia esta de que haveria a deduzir 20.000:000\$00 que só no ano económico futuro será necessário pagar.

Julga o Governo assim necessário para obras de fomento, no corrente ano, a importância de 34.200:200:000\$00, acrescentando a essas somas o

«deficit», calculado agora em escudos 50.000:000 obtem-se um total de escudos 197.189:258, importância a que o Governo limita, com a precisão que é possível aplicar, o pedido de autorização que apresenta, mas que considera insusceptível de qualquer redução para que se solucione como é absolutamente indispensavel e urgente, um problema que, pela angustiosa situação da Provincia de Angola e pelo crédito do nome colonizador português, é sem contestação da maior importância nacional.

Nessa conformidade temos a honra de apresentar á Camara a seguinte

Proposta de lei

Artigo 1.º E' o Governo autorizado a pôr á disposição da Provincia de Angola, á medida das suas necessidades, a importância de nove mil contos ouro, abrindo-se para esse fim, pelo Ministério das Finanças, os créditos necessários, mediante a entrega á Metrópole de obrigações ouro, amortizaveis num prazo máximo de 30 anos, ao juro máximo de 7 % ao ano, pagaveis em títulos da mesma natureza durante os primeiros três anos e em espécie a partir desse período.

§ unico. Aos encargos das referidas obrigações ficam consignados os rendimentos gerais da Provincia, ficando esta desde ja autorizada a de accordo com o Governo da Metrópole, consignar á satisfação desses encargos quaisquer receitas especiais criadas ou a criar.

Artigo 2.º E' o governo autorizado a negociar operações de crédito de montante não superior ao fixado já anteriormente as quais poderá consignar os rendimentos especiais a que se refere o § unico do artigo anterior não devendo o encargo efectivo destas operações exceder 10 %.

§ unico. Serão levados a débito da provincia de Angola quaisquer encargos que por virtude da presente lei, resultem para a Metrópole e não tenham sido inteiramente cobertos pelas receitas nela referidas.

Artigo 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Colonização de Mossamedes e mão de obra

II

NÃO ssia bem a população de Mossamedes desta luta em que se lançou. Além duma agricultura completamente arruinada, veiu-lhe o descrédito perante toda a provincia, perante a Metrópole, perante o estrangeiro. Escravagistas! Era este o epíteto para os de Mossamedes.

E comtudo, sacudiudo bem do pó dos arquivos essas páginas da história velha de Angola, nada ha mais injusto que esse insulto lançado a Mossamedes.

Quando em 1838 os governadores gerais de Angola eram demittidos pelas dificuldades e sobretudo pela opposição de funcionários e comerciantes,

perante a execução do decreto da escravatura, viuham em 1839 para Mossamedes os primeiros ocupadores e tambem os primeiros convencidos de toda a provincia de que a escravatura deveria acabar e, enquanto por essa provincia se persistia nesse tráfico e por todos esses portos, d sde a Lucira, pertencente a Benguela, para o norte, se carregavam navios com escravos, que se mandavam para o Brasil, e o tribunal de presas julgava e condenava centenas de escravagistas, os ocupadores de Mossamedes lança am-se ao comércio e trabalho agrícola, aquele que deveria regenerar Angola e eram eles, apesar

de todas as dificuldades, os primeiros agricultores e os unicos que, com o seu enorme trabalho, conseguiram fazer brilhar Angola nas exposições de Londres de 1862 e Porto de 1-65, ganhando para si, á custa duma vida hourada, todos os primeiros prémios e a quasi totalidade dos prémios distribuidos.

Quando em toda a provincia a escravatura era um negocio rendoso, os proprietarios das feitorias de urzela de Mossamedes e os donos de pescarias levantavam-se como um só homem, apontavam, denunciavam e exigiam a prisão de um individuo de Benguela, Manuel Correia, que ten-

tava fazer um embarque de escravos na Foz do Cango, acima de S. Nicolau.

Quando em toda a provincia a escravatura continuava desenfreada, a Metrópole, num momento de fraqueza, se convencia de que só esse tráfico poderia fomentar Angola e os governadores gerais por seu turno consultavam as autoridades e os principais agricultores sobre o que deveriam fazer; ao passo que o governador de Mossamedes, respondia que os libertos deveriam ainda continuar por 30 anos, o primeiro dos primeiros colonos de Mossamedes, Bernardino Freire de Figueiredo, aquele que trouxe a colonia de Pernambuco e que a dirigia realmente, informava que a escravatura deveria acabar, deveria ser perseguida e denunciada sob qualquer aspecto que se apresentasse e o mais importante dos agricultores, João Duarte de Almeida, que igualmente exercia bastante acção na população, entendia-se com o Marquês de Sá da Bandeira, era por esse ouvido e consultado, sobre a maneira de liquidar definitivamente esse estado de coisas ignóbil e deprimente para uma nação.

É certo que o Governador Correia Henriques, caiu em Mossamedes perante a resistencia ás suas medidas; mas tambem caíram todos os outros e o próprio Governador Geral Coelho, pelas medidas de repressão e moralidade adoptadas em toda a Provincia.

É que o mal não era só de Mossamedes, o mal era geral, sendo talvez em Mossamedes onde ele era menor, o que não quer dizer que não necessitasse ser expungido.

Mas se o mal era geral e se não encontram justificação, numa anormal perversidade de caracter, os epítetos infamantes lançados a Mossamedes, necessário é que frizemos bem as causas que influíram para que a vida desta laboriosa colonia se não normalisasse tao rapidamente, como seria desejo dos seus habitantes.

Ha 70 anos que resolvemos fazer o sul de Angola pela agricultura e durante esses três quartos de século, nem agricultores, nem governos, pensaram em dar a essa agricultura os elementos necessários para a evolução dos seus processos, até chegar a organisação scientifica que hoje tem nas grandes nações e nas suas colonias. Nem agricultores nem governo, pensaram na insignificante melhoria de processos ou na menos dispendiosa obra de utilidade geral, muito embora tudo l.e tivessem sacrificado.

E sacrificaram-lhe tudo, porque sacrificaram o mais essencial, o que de maior valor tínhamos, — a mão de obra indígena.

Salvar a agricultura de Mossamedes, era a preocupação, porque se estava no desconhecimento de tudo o mais que se passava no distrito e sobretudo no litoral, onde a industria de pesca, sem outro auxilio então e até a data de hoje, do que os anzóis de D. Maria II, se unha desenvolvido, enraizando-se firmemente, ao passo que a agricultura deínhava.

A industria de pesca fizera-se completamente alicada da vida de Mossamedes. Os pescadores pescavam e secavam o peixe, vendiam-no ao commercio e iam eles próprios nos seus calques levá-lo aos importadores, por esses diversos portos. Nunca tiveram cuidados a respeito da mão de obra, muito embora a tivessem estabelecido no falso principio económico do salario diminuido.

As pescarias desenvolviam-se e as propriedades agricolas decalavam cada vez mais, mas os seus donos continuaram sempre a sêr proprietarios agricolas. es, muito embora, muitos, se não a totalidade, tivessem lançado mão da industria da pesca, com cujos rendimentos mantinham aquela profissão.

Em 1910 a agricultura de Mossamedes eram as couves das Hortas... e as empreitadas do caminho de ferro, e porque estas acabaram, viu-se de novo numa crise, quando afinal nem se podia dizer que existia, porque o facto que se dava, era o do registo na conservatoria, de propriedades agricolas que representavam grandes energias dispendidas e muito capital enterrado e, o lançamento nos inventarios, dessas propriedades com a valorisação dessas energias, capitais e despesas para a obtenção de mão d'obra.

Quando se implantou a Republica, estabeleceu-se, como principio basilar, em Angola, a liberdade do trabalho indígena. As autoridades disseram ao agricultor — «o serviço é livre para escolher qualquer patrão» — e o agricultor respondia «o serviço trabalha só para mim com assentimento tácito do governo e dentro dum regimen de trabalho e de propriedade que o mesmo governo sancionou».

Dai essa luta a que o governo do Sr. Norton de Matos em 1913 veio pôr cõbo, proclamando bem alto, por intermedio duma comissão para esse fim nomeada, que o indígena tinha plena liberdade de escolher patrão, mas tinha a obrigação de trabalhar.

Fez-se a inspecção a todas as propriedades agricolas e, porque os indígenas eram muitos de Novo Redondo e outros pontos e outros nascidos em Mossamedes, quasi todos preferiram aqui ficar, limitando se a saírem da casa dum patrão para irem para outra, sendo as faltas que se deram num ou noutro patrão, supri-

das pelo angariamento no interior da Huila.

Mas, era necessario fazer a mesma inspecção e as mesmas declarações aos indigenas das pescarias.

O problema era mais difficil de resolver, porque se tinha de atender que não era um braço qualquer que pegava numa enxada e que facilmente se substitua, mas o braço dum pescador, que só poderia ser recrutado numa população piscatoria, que não existia perto, nem longe.

A agricultura, a protegida do governo, o elemento com que nos propozemos fazer o povoamento do sul pela raça branca. e que pouco ou nada soffera, pela simples razão de que não existia, viuha lançar a confusão na sua irmã, a industria da pesca, que vivia socogada, e sem que o mundo soubesse que o humilde pescador algarvio arrancava a estes mares 25 a 30 mil toneladas de peixe, das quais secava cerca de 20.000, que exportava.

Reconheceu-se então que este peixe era a vida de Mossamedes e mais do que isso, a vida de todo o sul de Angola. Reconheceu se que era essa ridicularisada cabeça de peixe que movimentava isto tudo, que fazia o commercio, que figurava na Alfandega como valor de exportação e que... era afinal a verdadeira agricultura.

Por um lado a necessidade de não alterar a obra da Republica, em Angola, estabelecendo o trabalho livre, por outro a perspectiva do descalabro duma industria que exportava, valores de cerca de 400 contos de então, além do quo fornecia ao consumo.

A energia do governador geral Norton de Matos, e a sua convicção de que só no trabalho livre se faria o desenvolvimento de Angola, não permitia hesitações nem excepções e a grande obra cumpriu-se.

Os industriais de pesca, aterrados, perante a ameaça da hecatombe, nem protestavam e as autoridades iam cheias de receio para a execução duma ordem que Norton de Matos mandara executar, e para a qual o seu «Cumpra-se» nunca fora mais vibrante de energia, nem escrito com pulso mais rijo.

Cumpriu-se. Disse-se aos pretos que eram livres, disse-se aos pretos quais eram as obrigações dos patrões e as suas, deu-se-lhes plena liberdade na escolha dos industriais a quem queriam ir servir e esses pretos ficaram nas pescarias, esses pretos não abandonaram a sua arte nem os seus patrões e passaram a constituir a população livre de Mossamedes.

(Continúa).

ALFREDO FELNER.



Macau

O Problema da Instrução Liceu Central ou Nacional?

Recebemos do Sr. Tenente Antonio Augusto Lico, actualmente servindo em Macau, a carta que, na parte respeitante a este assunto, a seguir transcrevemos.

...Sr. Director da Gazeta das Colónias

MAL supunha eu, quando ha dias tive a honra de me fazer assinante da *Gazeta das Colónias* que V. tão proficientemente dirige, que alguma vez tivesse de inscrever o meu nome humilde ao lado de tão illustres e distintos colaboradores, como os que já tem prestado o concurso do seu saber e experiencia a esta publicação. Também nunca escrevi para jornais e isso bastaria para me impedir que hoje o fizesse, se a minha falta de competência não fosse vendida por um dever a cujo cumprimento jámais me eximi.

Publicou o n.º 12 da *Gazeta das Colónias* uma carta sobre os interesses de Macau que, a bem da verdade e da justiça, merece ser rectificada para esclarecimento do próprio sinatário — que parece não estar completamente senhor da vida de Macau nos ultimos anos — e elucidação de V. e dos assinantes deste semanario.

E' que, Sr. Director, nem sempre, a Imprensa, no elevado intuito de orientar a opinião publica e de concorrer para o engrandecimento do nosso dominio colonial, é devidamente informada, com a imparcialidade e isenção que requerem assuntos de que, tantas vezes, depende o futuro e a vida das Colónias. E, só assim se compreende que, sendo a *Gazeta das Colónias* uma das publicações que, apesar da sua ainda curta vida, mais tem marcado pela esclarecida e sábia análise dos assuntos coloniais, inserisse nas suas columnas a carta que me leva a pedir a publicação desta.

E' a já velha e arrastada questão da passagem de central a nacional do liceu desta cidade que serve de pretexto á carta do antigo professor do mesmo liceu.

Antes, porém, de entrar propriamente na apreciação da respectiva proposta, vejamos quando e porque motivos foi elevada a categoria do liceu de Macau.

O decreto n.º 3432, de 8 de Outubro de 1917, que ao mesmo liceu atribuiu a categoria de central, diz o seguinte: «Considerando que as circunstâncias especiais derivadas do estado de guerra, diminuindo a frequência dos transportes por mar e tornando-os muito caros, obstatam a que os alumnos do liceu de Macau venham á Metrópole concluir o curso de instrução secundaria; ateadendo á representação do Leal Senado da Camara daquela cidade, na qual se obriga a custear as despesas do resultante da elevação até ao maximo de 5000 patacas. Hei por bem decretar. Artigo 1.º E' provisoriamente elevado á categoria de

central o liceu nacional de Macau sem prejuizo da reforma da instrução pública da Colónia. . . Artigo 3.º E' autorizada a despesa resultante do funcionamento das secções complementares de letras e sciências até ao maximo de 2:250\$000, devedo a Fazenda da Colónia ser reembolsada anualmente desta importância pelo Leal Senado da Camara de Macau.»

Como se vê, este decreto, ao elevar o liceu á categoria de central, lê-lo expressamente a título provisório, enquanto durasse o estado de guerra que dificultava e encarecia os meios de transporte. Terminado o estado de guerra, portanto, nada explicava a continuação dos cursos complementares, criados provisoriamente e com prazo determinado. Não precisava, por isso, a proposta do Governador outra justificação, se porventura outras razões não houvesse mais para ponderar que o decreto a que me venho referindo. Vejamos quais eram:

A proposta foi feita de acordo com o sr. Ministro das Colónias, que a esta deu o seu apoio antes de ser presente aos Conselhos Executivo e Legislativo, como se verifica da acta da sessão n.º 21 deste ultimo. Foi largamente justificada, tanto deo ponto de vista pedagógico como económico, e mereceu a aprovação quasi unânime do C. Legislativo onde apenas dois dos seus vogais, o Presidente do Leal Senado e um vereador, a rejeitaram com o fundamento puramente sentimental de quererem conservar por mais dois anos junto de si os filhos.

Deste conselho fazem parte, além doutros, os illustres Inspector da Instrução Publica, o Reitor do Liceu e o sr. dr. Luis Nolasco, representante da comunidade chinesa que, á causa da instrução, tem dedicado os seus melhores esforços, como patrono e Presidente da Direcção da Escola Commercial «Pedro Nolasco», cuja benéfica sementeira todo o Extremo-Oriente conhece. Todos deram o seu incontestavel apoio á proposta, relatada pelo primeiro destes vogais, que largamente a fundamentou, justificando a redução, não só pelo facto do decreto que lhe elevou a categoria assim o determinar, e orque o Leal Senado da Camara nunca concorreu com o subsidio a que se obrigou na representação que fez ao Governo Central, mas tambem, e sobretudo, porque «a frequência das classes complementares não corresponde ás despesas que o Estado faz com a sua manutenção» (acta n.º 21 do C. Legislativo).

Não se compreende, portanto, não faz sentido, que homens tão intimamente ligados ao problema da instrução assim procedessem, se com a proposta não pretendessem melhorar o ensino na Colónia.

Mas, melhor do que eu o poderia fazer, a justificação pedagógica da proposta que se encontra brilhantemente tratada no relatório da comissão nomeada pela Portaria Provincial n.º 160, de 6 de Julho de 1914, para dar o seu parecer sobre o Projecto da Reforma da Instrução Publica de Macau, elaborado

pelo Ministério das Colónias nesse mesmo ano. Esta comissão, presidida pelo deputado sr. Ferreira da Rocha (então Secretario do Governo e Inspector da Instrução Publica) e constituída pelas mais altas individualidades da Colónia, ligadas aos problemas da instrução, pronunciou-se abertamente e «por uma comunidade de vistas e de ideias...» (pag. 7 do relatório) contra os estabelecimentos de ensino existentes na Colónia, «por não satisfizerem, como verdadeiramente nunca satisfizeram, as necessidades da Colónia», e concordou com a extinção do Liceu e com a sua substituição por uma Escola Commercial Secundaria, conforme a proposta de lei do Ministério das Colónias, conservando apenas as três primeiras classes como preparatórios do curso commercial.

Isto passava-se em 1914, quando o Liceu era apenas nacional e pode ser, até, que o antigo professor do Liceu que subscreve a carta, a que venho respondendo, tivesse feito parte da referida comissão (na portaria leem-se os nomes dos srs. dr. Carlos de Melo Leitão, Francisco Xavier Anacleto da Silva, Mateus António de Lima, Francisco Gonçalves Velhinho Correia, José Vicente Jorge, Patricio José da Luz que, ao tempo, desempenhavam, respectivamente, as funções de Presidente do Leal Senado da Camara, Vice-Presidente, Reitor do Liceu, professor do 4.º grupo, professor de lingua sinica e Presidente da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses) que, a paginas 2 e seguintes do seu relatório, diz: «Os governos da monarquia dotaram Macau com um liceu como poderiam ter dotado Lagos, Tavira ou Sines... Juizem-se que exertando numa Colónia do Extremo-Oriente um liceu, com organização idéatica a da Metrópole, se resolvia o problema da Instrução Publica. Criou se um liceu, como se um liceu, só por si, sem que se lhe desse uma feição prática e utilitaria, com o ensino de materias de applicação immediata, pudesse servir e corresponder as necessidades de Macau! O liceu de Macau foi organizado, como organizados foram os serviços de Instrução Publica da Colónia, sem se atender ás necessidades locais, aos desejos e tendências da população macaense; sem se atender tampouco á maneira como os filhos desta Colónia, quando homens, tem de ganhar e onde, os precisos meios de subsistência. O liceu tem vivido abandonado ou quasi abandonado. Ao mesmo tempo que o liceu assim tem vivido, quasi sem alumnos, as escolas mantidas por iniciativa particular, com uma organização mais adequada aos desejos e tendências dos macaenses, veem-se obrigadas a não receber mais alumnos, funcionando as respectivas classes com os seus limites máximos. O liceu tem sido portanto e é um elemento esquecido, por não corresponder ás necessidades locais.»

E, desta sorte, a comissão, em paginas sucessivas, analisa a acção e utilidade do Liceu para concluir que «por todas estas

razões é evidente que o Liceu não é o estabelecimento de ensino que mais convém a Macau e que «o curso liceal tem de ser visto e tomado como um curso preparatório, e, como tal, — sem quebra da sua organização e programas — subordinado, duma maneira geral, á orientação do curso de aplicação comercial, a que mais especialmente se destina. E a páginas 9 e 13: «Por tudo isto a comissão propõe que o curso comercial seja precedido pelos três primeiros anos do Liceu. Macau fica sem Liceu, que é substituído pela Escola Commercial Secundária, criada por este projecto, na qual escola se organiza, como curso secundário, a primeira secção do curso geral dos liceus. Perde, portanto, Macau o 4.º e 5.º anos dos liceus, recebendo em troca um bom curso comercial que aproveitará a maioria dos seus filhos». «Depois de tudo quanto se tem dito, desnecessário se torna repetir quanto a Colónia ganha com a troca. A organização liceal, tal como funciona presentemente, só aproveita, como se tem dito, a um ou outro filho dos funcionários temporariamente em Macau e a um ou outro macaense.»

Então seria e desnecessário se torna enumerar outras interessantes passagens deste bem elaborado relatório, cujo programa de instrução satisfaz ainda hoje completamente, passados 10 anos, o pensamento e o desejo da população macaense, o qual, como tantos outros, não passou, infelizmente, do papel e das prateleiras da Imprensa Nacional onde, em separata, dorme o sono dos... malaventurados.

Disse eu, sr. Director, que a reforma do ensino proposta pela comissão satisfaz hoje as aspirações do povo de Macau e, na verdade, assim é. Os 10 anos decorridos nada representam na vida da Colónia, de baixo do aspecto pedagógico: as necessidades de então são as que ainda hoje sente e sentirá sempre a sua população porque, hoje, como então e no futuro, será no commercio e industria que a maior parte dos rapazes de Macau procurará empregar-se e ganhar a vida.

O curso dos liceus, complementar que seja, não lhes dá a necessária preparação prática. Aos Governos Central e da Colónia compete, portanto, promover e orientar a instrução, por fórma a que esses rapazes saiam das escolas com as habilitações práticas e técnicas que lhes abram um caminho seguro no commercio e na industria de Macau e das cidades vizinhas.

Em meu entender, porém, a Escola Commercial Secundária, proposta pela comissão, deveria transformar-se em *Escola Commercial e Industrial Secundária*, a fim de chamar uma parte da população para o campo da actividade industrial, quasi desconhecido em Macau, excepção feita a algumas industrias praticadas pela população chinesa, pelos processos mais rudimentares e sem a menor colaboração official.

O facto importante que vai dar-se na vida da Colónia—a abertura do seu porto, agora em construção—apenas reforça o projecto da Reforma de Instrução a que me estou referindo.

Dum liceu, nacional ou central, nunca poderão os rapazes sair habilitados para entrar no commercio ou na industria; duma escola commercial e industrial poderão derivar os elementos de que estes dois ramos de actividade precisarão, uma vez construído o porto e adquirido o desenvolvimento que para ele é licito e devemos esperar.

E, quando Macau despertar do marasmo em que tem vivido,—no dizer do proprio autor da carta que, pelo visto, há muito tempo que abandonou esta Colónia—os novos campos de acção que podem abrir-se aos seus filhos hão de ser, fatalmente, no commercio e na industria. Portanto, a educação mais completa e adaptável ás circuns-

tâncias, preconizada pelo autor da carta, deve ser a ministrada num bom, pratico e técnico curso commercial e industrial.

Tambem, para o desempenho das funções burocráticas, a que o macaense é chamado, não necessita dos cursos complementares, que não são exigidos para qualquer função publica de nomeação dos orgãos da Colónia. Até hoje apenas lhe tem sido exigido saber ler e escrever...

Por todos os motivos, hoje como no futuro, impõe-se a criação duma escola commercial e industrial se quizermos proporcionar aos filhos de Macau a bagagem de conhecimentos scientificos e técnicos indispensaveis para a luta pela vida.

Doutores, officiaes, medicos e engenheiros, temos nós demais; o que precisamos são comerciantes e industriaes, na verdadeira aceção da palavra. E por todos queremos ser doutores e burocratas, que os nossos produtos de exportação marcam pela ausencia, neste vasto e riquissimo mercado do Extremo-Oriente!

E' a ambição dos logares a mesa do orçamento que tem feito morrer e desnaturalizar as fontes de riqueza de há 70 anos!

Fomos os primeiros que aqui viamos, mas os nossos produtos são os menos conhecidos, por serem os ultimos a chegar—aqueles que chegaram!—Por toda a parte se bebem vinhos do Porto... *made in England* porque os verdadeiros, os da região do Douro, são pouco conhecidos e numa zona muito limitada! Se assim não succedesse, ficariam estes produtos á mercê dos mercados europeus onde nem sempre são devidamente pagos.

Mas, sr. Director, o fim que me propuz não foi o de encarecer a necessidade—se bem que imperiosa—de cuidar com maior zelo e patriotismo do commercio dos nossos produtos de exportação, nestas paragens, quer como elemento de riqueza nacional, quer como meio de penetração politica; mas, e tão somente, o de justificar a proposta da redução da categoria do Liceu de Macau. Se para aqui derivei, fui arrastado pelo autor que, na abertura do futuro porto e no desempenho das funções burocráticas, encontrou a precisa justificação para advogar a conservação dos cursos complementares; como se o porto, para o seu desenvolvimento, mais precisasse de doutores do que de técnicos commerciaes e industriaes, que uma bem organizada e orientada escola commercial e industrial lhe poderia fornecer.

Este argumento, como os outros por ele apresentados, não pôde colher.

A quem aproveita, pois, o Liceu de Macau? Aos filhos dos funcionarios temporariamente na Colónia e a um ou outro macaense que se destina a um curso superior e não á maioria da população que, nas escolas particulares e estrangeiras, vai procurar instrução mais adequada ás condições e circunstancias do meio em que terá de ganhar a vida. Enquanto uma nova orientação não for dada aos estabelecimentos de ensino da Colónia, Macau desnacionalizar-se-á, em Macau preferir-se-á e falar-se-á mais o inglês do que o português.

Dos 10 alunos que, de 1917 a 24, concluíram os cursos complementares—menos de 1,5 por ano—, pouco mais de metade são macaenses e, destes, apenas tres se encontram frequentando cursos superiores. Uma tal frequencia só pôde ser notada por infinitamente pequena e não justifica como o afirmou o relator da proposta, a enorme despesa que a Colónia faz. Na Metrópole, liceus com maiores frequencias, passaram á categoria de nacionaes, enquanto que aqui (anos tem havido em que o numero de professores é superior ao dos alunos) essa categoria mantem-se!

No corrente ano, o numero de alunos matriculados nos cursos complementares é de tres, assim distribuidos: 6.ª classe de letras 1; 7.ª classe de letras, 1; 7.ª classe

de ciencias 1, havendo uma classe de ciencias sem frequencia. O numero total de alunos matriculados nas diferentes classes é de 75.

Além disso, aqueles que se destinam a cursos superiores só vantagens têm em completar na Metrópole o curso liceal, afim de adquirirem um mais perfeito conhecimento da nossa lingua e dos nossos costumes, antes de entrarem nas Universidades e Institutos Superiores.

E não se diga, como o autor da carta em questão, que o não pôdem fazer por falta de meios!

Para subsidiar os estudos destes, tanto no liceu como nos cursos superiores, cá está a Bolsa de Estudos da Colónia, creada em 1922, com uma acção restrita aos alunos do Liceu, e remodelada pela proposta do diploma n.º 20, no sentido de tornar mais ampla e proficua esta instituição.

Mas, vejamos, agora, o aspecto económico da proposta, não menos interessante e desfavoravel á conservação da actual categoria Compulsando os mapas que a acompanham, verifica-se que, pela elevação do Liceu a Central, a despesa sofreu um aumento de 37.858\$11 escudos oiro —81.911 patacas ou seja 1.106 contos ao cambio de então, pouco mais ou menos o de hoje,—o que dá uma média de 6.331 patacas—94 contos—por aluno. Ora, sendo de 12.572 patacas—176 contos—a importancia por aluno, com o curso completo, conclue-se que mais de metade desta quantia é absorvida pelos dois anos do curso complementar.

A manutenção do Liceu Nacional custava á Colónia 7.380\$40; a manutenção do Liceu Central (abstrahido mesmo o aumento o de vencimentos aos seus professores) custalhe 44.238\$80; a frequencia média annual, do Liceu Nacional, era de 29 alunos; a frequencia media actual é de 42. Houve, portanto, na frequencia, um aumento de 13 alunos e, na despesa, a fabulosa quantia de 36.838\$40 escudos oiro ou seja 1.106 contos ao cambio da data em que foi elaborada a proposta!

Que outras razões seriam necessárias para justificar a proposta, num Paiz onde os interesses gerais não estivessem á mercê da vaidade politica de alguns dos seus governantes? E, quanta falta de criterio administrativo e colonial não revelam estes simples numeros?

Se, por um lado, se gastam rios de dinheiro com a manutenção dos cursos complementares, cuja maior frequencia actual foi de 5 alunos; por outro lado, não se tem olhado atentamente para o problema da instrução na Colónia, que continua insolúvel, porque os estabelecimentos de ensino, actuais, não correspondem ás necessidades da população, aproveitando, apenas, aos macaenses e aos portugueses que, por aqui, passam; e não á grande massa dos seus habitantes, os chinezes, cuja assistencia tem sido, por nós, vergonhosa e impoliticamente descurada.

A remodelação do ensino na Colónia e a passagem do Liceu á categoria de Nacional impõem-se para prestigio da administração das instituições que nos governam.

Aqui tem V., sr. Director, as razões porque, no começo desta, afirmei que a Imprensa, no cumprimento da sua elevada missão, nem sempre, é devidamente esclarecida e informada.

Macau fica cá muito longe e, infelizmente, a critica é coisa facil quando posta ao serviço de vaidades e ostentações pessoais...

Pela publicação desta, muito grato se confessa desde já o

De V., etc.

A. L.

O Problema Português no Extremo Oriente

SUBORDINANDO-A a este tema, rialisou o Sr. Engenheiro João Tamagnini Barbosa uma brilhantissima conferencia, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Por conter pontos de vista dum alto interesse para a nossa colónia de Macau e para todos que com o seu progresso se preocupam, publicamos a seguir um ligeiro extrato do belo trabalho que ao antigo Ministro das Colónias valeu uma justa manifestação de apreço.

A essa manifestação se associaram os illustres titulares das pastas das Colónias e dos Estrangeiros, que em palavras, duma grande elevação, patentearam a sua admiração pelo conferente e a fé e patriotismo que põem no desempenho das suas altas funções.

Muito de util e de consolador houve naquela assembleia promovida pelo «Noticias Colonial», que, com prazer, vimos secundar com toda a força dos seus poderosos recursos, a propaganda que iniciámos e que com o maior desvanecimento vemos alargar-se.

A conferencia

Dada a palavra ao conferente, que o auditorio acolhe com uma estrondosa salva de palmas, as suas primeiras frases são de saudação respeitosa e de agradecimento para com os Srs. Ministros presentes, os delegados da Sociedade de Geografia e do «Diario de Noticias» que constituem a meza e o auditorio que o ouve.

Realça numa justa homenagem de apreço as qualidades de diplomata do Sr. Dr. Pedro Martins, recordando o prestígio da sua individualidade como parlamentar brilhante e como notavel homem de Estado, e as que, como militar valoroso e colonial illustre, tem evidenciado o Sr. Comandante Correia da Silva numa carreira que deve ser o seu orgulho e o dos que, como o orador, se honram de ser seus compatriotas e conterraneos.

A Sociedade de Geografia e na pessoa do seu representante, á qual alia a personalidade de alto relêvo no meio colonial que é o Sr. Mariano Machado tambem ali presente, endereça o seu sentido pezar pela morte do General Joaquim José Machado, recentemente ocorrida, relembrando essa inconfundivel figura de portugueses e de colonial distinctissimo com quem em Moçambique aprendeu a não alimentar descrenças mas, antes, a ter fé nos destinos da Nacionalidade pelo engandecimento dos nossos dominios d'Alem-Mar.

Após estes cumprimentos louva as iniciativas daqueles que procuram despertar o interesse do País pelas questões coloniais.

Aludindo ás referencias, feitas recentemente pelo decano dos coloniais portugueses o sr. General Freire de Andrade, a certas ideias que tomam vulto e que comprovam a continuação post-guerra do predomínio, na politica geral dos povos, do egoismo sobre os preceitos de Justiça, de Liberdade e de Igualdade de Direitos das Nações, sustenta a necessidade de não serem esquecidas as atenções que tais ideias merecem e de contra elas nos acautelarmos por demonstrações inequívocas de que, pelo trabalho e pelo cumprimento dos deveres, sabemos sustentar a posição de destaque que ocupamos entre as potencias coloniais.

A vantagem de ser activada a nossa acção colonial não sofre contestações desde que se saiba que erradamente pensam os que julgam que, perante as cubições e as ambições alheias, podem calar as alusões a glorias passadas sem que tentemos imitá-los no campo das realisações praticas.

Para que este esforço se acentue e adquira a precisa magnitude, muito devem contribuir os propósitos do «Noticias Colonial» e com eles os da «Gazeta das Colónias» começados a pôr em pratica com as brilhantissimas conferencias anteriormente realizadas na Sociedade de Geografia pelo colonial distincto que é o sr. Armando Cortezão e pelo eminente homem publico que é o sr. dr. Brito Camacho.

Agradece ao primeiro a honra do convite que lhe dirigiu e a todos os que o escutam péde que não vejam no seu trabalho outros intuitos que sejam os da revelação, sob a inspiração dum sincero sentimento de patriotismo, de uma opinião, que diz ser discutivel, sobre o assunto que, para tema do mesmo, lhe foi distribuido.

Os serviços centrais coloniais e a politica de relações perante os interesses portuguezes no Extremo Oriente

Abordando o problema português no Extremo-Oriente, principia por dizer que a nossa colónia de Macau, como as demais, se ressentem da má organização dos serviços centrais e dos erros, que de longa data vêem, da nossa politica de relações.

Faz considerações sobre aquela organização criticando e condenando a vigente e lamentando que não subsista a de 1918, que promulgou quando Ministro, embora melhorada com as

modalidades aconselhadas pelas circunstancias supervenientes e que cada vez mais têm comprovado a necessidade de se atender principalmente ao criterio da especialisação técnica.

Ataca a critica que lhe fez no ultimo Congresso Colonial o relator de uma das memórias então apresentadas sob as indicações do Centro Colonial e, depois de rebater uma a uma todas as referencias que nela se contêm ácerca do assunto, sustenta que a razão póde mais que as habilidades, porventura nascidas de intenções politicas condenáveis, e alimenta a confiança de que o seu triunfo tambem ha-de ser proclamado através do caso, de harmonia com os interesses nacionais que são os unicos a que a sua melhor solução deve atender.

Diverge das opiniões que censuram o desenvolvimento dado na organização citada aos serviços militares e das que querem atribuir ao funcionalismo do Ministerio e das Colónias, cuja maioria julga digna de apreço, os entraves e as soluções menos satisfatorias que por vezes encontram certas questões do Ultramar, em geral mal postas de inicio pela ignorancia ou propositado desrespeito das leis.

No respeitante á politica externa, pelo que ela póde interferir com os negocios portuguezes no Extremo-Oriente, proclama a necessidade da consolidação da nossa secular aliança e a adopção duma orientação, nas nossas relações com a China, exclusivamente ditada pelas conveniencias reciprocas e baseada numa perfeita integração nossa nos costumes regionais e na aceitação, como dogmas de justiça, de certos meios, absolutamente correntes no Oriente e que á diplomacia do Ocidente não repugna admitir, para determinados fins e em entendimentos de natureza especial.

Esta orientação não exclue, evidentemente, todas as aproximações que, em momentos proprios, nos podem ser uteis. Assim se explica que, quando o governo do malogrado Presidente Dr. Sidonio Pais pensou poder solucionar a questão da delimitação de Macau, procurasse firmar melhor as nossas relações com os Estados Unidos da America.

Com semelhante ideia não se pretendia desviar da Inglaterra o eixo das nossas relações diplomáticas; mas, apenas, — reconhecido então, como hoje é um facto incontestavel, o predomínio da influencia Americana na China, adquirida a convicção de que a delimitação citada não poderia so-

lucionar-se sem o recurso á arbitragem, prevista a classificação de parcial que os nossos antagonistas poderiam dar á indicação para serem atribuídas as funções arbitrais á Nação Velha Aliada,—colocar-se essa importante questão num pé de poder ser resolvida com justiça e com confiança, tão certo era que só dessa solução poderia derivar a tranquillidade necessária para se encararem, por forma pratica e realisavel, todos os problemas que respeitam aos nossos dominios do Extremo-Oriente e com os quais, na quasi generalidade, a delimitação intertêre por forma directa ou indirecta.

Infelizmente não passou o caso da fase preparatoria e nenhuma negociação se chegaram a fazer com a mais leve indicação sobre o objectivo a atingir.

Administração e diplomacia locais

Falando da administração e diplomacia portugueza no Extremo Oriente, afirma que nem sempre o critério da boa escolha tem presidido ás nomeações, quer das mais altas representações do paiz, quer dos demais funcionários que o servem em Macau e nas legações e consulados vizinhos; e, quasi todas as vezes em que tem havido acerto nessas nomeações, a falta de estabilidade, imposta pelas prejudiciais influencias da política metropolitana, impede que das virtudes desses funcionários possam beneficiar a Colónia Mãe e as colónias de população que por lá temos espalhadas e que tanto honram o nome português.

E' mister que as coisas se modifiquem pois o governo de Macau tem de se assegurar, a quem reína, ao conhecimento do meio, as indispensáveis qualidades de sensatez, decisão e honestidade, qualidades que não excluem a acertada intelligencia dos problemas locais e a necessária diplomacia para a valorisação do esforço nacional e para o fazer prevalecer ante as cubiças e as ambições, justificando assim, sempre que preciso seja, a razão da posição que ali occupamos e queremos manter perfeitamente integrados nas atuais regras da colonisação e no melhor proposito de engrandecermos, com proveito geral, o que nos pertence.

O funcionalismo de Macau deve formar como que a élite dos nossos funcionários do Ultramar, sendo conveniente que para essa colónia, pelas suas características especiais tão valiosas sob todos os pontos de vista, desde o geográfico ao economico, a escolha se faça d'entre os que pelo Ultramar trabalham e mereçam ser premiados pela sua applicação e conducta irrepreensíveis.

Na parte respeitante aos agentes diplomáticos e consulares ha que tornal-os conhecedores das linguas, usos e costumes locais e dar-lhes estadia demorada, creando-se para alguns uns quadros especiais, por forma que melhor possam prestar os serviços que se lhes exige.

Tudo isto se poderá conseguir até com vantagens para o Tesouro desde que se saiba que pelo Extremo Oriente, em materia de organização de serviços de relações, a par de deficiencias que muito importa corrigir, ha exageros cuja cessação se impõe.

Principais factores de nacionalisação da Colónia-Mãe e das Colónias de população

Para tudo se conseguir com vantagens é preciso ainda valorisar os factores de nacionalisação de que devemos dispôr e que são, a par dos macaenses,—que constituem a nossa população colónial de mais arrejigada afeição ao torrão natal, do qual se procuram afastar o menos possivel revelando aptidões excepcionais que justificam a sua utilização como elementos preciosos para muitas das funções citadas,—as marinhas de guerra e mercante, as agencias comerciais e as missões religiosas.

No Extremo Oriente deviam permanecer, algumas unidades navais que, auxiliando a defeza da Colónia Mãe em casos de emergencia, pudessem de quando em quando percorrer os pontos onde as nossas patrióticas colónias de população estão fixadas, lembrando-lhes que não são esquecidas dos demais portuguezes e empregando-lhes aquele auxilio tão desejado nas épocas de ameaças que lá são frequentes.

A' nossa briosa marinha de guerra fica bem confiada esta missão e ela a desempenhará, como sempre, com orgulho e por forma a merecer o reconhecimento da Nação.

E' pois necessario cuidar dela sob este aspecto e dotá-la com os elementos de acção de que carece, para que possa ter tão importante papel.

Preparada assim a marinha de guerra para este campo limitado das suas funções e sustentada a doutrina de se valorizarem as milicias locais, de que são notáveis exemplos de patriotismo os batalhões voluntários de Macau e Shangai, muito lucrará a Colónia, pois não terá necessidade de pensar numa demasiada elevação dos seus efectivos militares terrestres permanentes e não verá por tal facto aumentada a sua despeza com a força armada, porque os encargos resultantes da adopção do critério exposto sobre a marinha de guerra deverão ser considerados como de soberania,

excepto apenas quanto ás unidades destinadas ao policiamento e fiscalisação das aguas que terão de continuar a ser encargo exclusivo da Colónia, embora subordinado a bases menos onerosas.

A sugestão á marinha mercante portugueza, depois de se alterar o acto de navegação por forma a permitir a participação do capital estrangeiro na constituição das respectivas companhias exploradoras, para o estabelecimento de carreiras para o Extremo-Oriente, até mesmo subsidiadas pelo Governo numa justa repartição desse subsidio pela Metrópole, por Macau e, possivelmente, por outras colónias portuguezas que nisso tambem possam ter maior interesse, é um assunto que não deve ser descurado e que tambem marcará, com vantagens economicas, como factor de nacionalização.

Os exemplos das restantes Nações, dentre as quais merecem, neste caso, referencias especiais, a Espanha e a Itália, devem-nos animar á efectivação de tal empreendimento, que abrirá novos mercados aos nossos principais produtos metropolitanos, especialmente vinhos, azeites, conservas, cortiças e certos artigos manufacturados e a alguns dos nossos produtos coloniais, como as oleaginosas, cacau, café, etc., e permitirá recebermos em condições mais vantajosas as produções orientais, das quais se destacam, como de maior consumo, o arroz, chá, sedas, etc.

A pratica desta ideia, precedida duma conveniente escolha das derrotas para os navios e dum cuidadoso estabelecimento de agências, deve demonstrar que toda a razão assiste aos que, como o conferente, a deendem calorosamente.

As funções comerciais dos nossos representantes consulares devem ser intensificadas e sob a sua superintendencia devem estabelecer-se as agencias dos negócios a realizar, com os indispensáveis elementos de propaganda que serão outros tantos factores de valorização do crédito do nome português naquelas paragens como o de um povo que trabalha e produz.

Destes factores de nacionalização destacam-se, porém, as missões religiosas que funcionam sob a inspiração do Padroado Português no Extremo-Oriente e que, embora já reduzido, ainda hoje abrange as terras portuguezas na China, o distrito de Heung-Shan e algumas ilhas a Oeste, a p.r-feitura de Shiu-Hing, compreendendo doze distritos, as cristandades e isentos de Singapur e Malaca e a parte portugueza de Timor.

Sabendo-se mais que a sua acção se exerce sobre um numero de católicos de cerca de 40.000; que ele mantem, além de obras de caracter

exclusivamente religioso, 38 escolas, 8 colégios, 2 estabelecimentos de artes e officios, 2 casas de Santa Infância, 9 Institutos de beneficência e um importante dispensário de socorros em Shiu-Hing que só no ano findo socorreu 30:000 doentes; e que a população escolar regula por cerca de 4:000 alunos e 150 professores de ensino scientifico, técnico e de linguas, figurando dentre estas e em primeiro lugar a portugueza, bem se poderá ajuizar da vastidão e da importância nacional da sua influencia.

Preside aos seus destinos o Rev.^{mo} Prelado D. José da Costa Nunes, cujas excepcionais qualidades destaca num rasgado e merecido louvor que torna extensivo a todos os seus valiosos auxiliares, especializando, entre outros, os srs. Padre Cardoso, da missão de Singapura, e Padres Pita, Aparicio da Silva e João Lucas, das missões da China.

Faz realçar a importância do reatamento das relações com a Santa Sé effectivado em 1918 pelo restabelecimento da legação no Vaticano: enaltece o valor da acção exercida em Roma, enquanto representante de Portugal junto da Santa Sé, pelo actual Ministro dos Estrangeiros, Sr. Dr. Pedro Martins, a quem presta a homenagem da sua admiração; alude á opinião insuspeita, recentemente expressa nos jornais da Metrópole sobre o Padroado e as missões e colégios religiosos pelo sr. dr. Rodrigo Rodrigues; e sustenta a necessidade do Estado não apoucar, mas antes valorizar cada vez mais, a acção do Padroado, auxiliar moral e materialmente as missões religiosas e promulgar o restabelecimento dos colégios, pelas mesmas outrora mantidos em Macau.

Para se ajuizar do senso que tem presidido ao tratamento das religiosas, basta dizer que sendo, pelos pseudo revolucionários metropolitanos que em Macau estavam na occasião da implantação da Republica, compelidas a sair de Macau as irmãs franciscanas, despossando-se a colónia do unico colégio então existente para educação de meninas, o Sr. Norton de Matos recebeu-as em Angola em parte, internando-se as restantes na China na missão de Shiu-Hing.

A obra colonial republicana — Seus efeitos no Extremo-Oriente

Falando a seguir na obra colonial republicana afirma que, se alguns erros se tem cometido, mais como consequência de erros que de longe veem, os nossos dominios de além-mar muito devem ás instituições vigentes em matéria de realizações, aludindo á utilissima regulamentação

das Comissões de Melhoramentos, ás leis de autonomia e ás importantissimas obras de fomento que, no respeitante a Macau, por completo a transformaram, saneando-a, solucionando os problemas da iluminação electrica e do abastecimento de agua e preparando o seu porto para que a navegação dele se possa aproveitar.

Faz uma ligeira resenha da obra governativa dos primeiros magistrados da Colónia nomeados pela Republica, falando das importantes reservas de fundos feitas pelo sr. Coronel Sanchez de Miranda, do espirito empreendedor do desventurado comandante Carlos da Maia, das qualidades de energia do actual Ministro das Colónias, etc.

Macau e os seus problemas mais importantes

Ventila depois cada uma das questões mais instantes para Macau, referindo-se mais detalhadamente aos casos do ópio, do liceu e da administração do porto, e aludindo tambem a outros assuntos, como o do estabelecimento do lar dos Portugueses, o do abastecimento de aguas, iluminação e força motriz para o porto, viação, etc.

— Sobre o ópio condena o regime do monopólio do Estado, que parece pretender-se impor, e defende o sistema da adjudicação e o principio da exportação do ópio para fumo, lamentando que não bastem as opiniões estranhas tendentes ao cerceamento desta importante receita, cuja cobrança máxima se verificou em 1918 e cujo decrescimento se tem notado por forma considerável de então para cá, e sejamos nós próprios quem por vezes venhamos a público dar razão a essas campanhas, em lugar de lhes opormos o exemplo da própria China, que está fomentando o cultivo do ópio sendo as autoridades quem transacciona com o produto depois de o tributarem fortemente, o exemplo da vizinha colónia ingleza de Hong-Kong, em que tambem o principal rendimento é derivado do ópio, e o esforço colossal que estamos desenvolvendo em Macau na sua completa transformação pela integral applicação das receitas dessa proveniência.

— A cerca do Liceu diz que a questão não deve ser posta no pé em que se está ventilando. A Macau, na opinião do conferente, pouco deve importar que o Liceu seja Central ou Nacional porque o que lhe deve interessar é poder manter por lá a grande maioria da sua população escolar em condições de ficar habilitada a fazer vida pelo Extremo Oriente nas profissões a que melhor se adaptem as suas aptidões; e a parte minima dessa população, que é a que póde pensar em

obter cursos superiores, numa situação que lhe garanta a estadia, durante a menor idade, junto dos seus em posição de se poder habilitar com o curso secundário completo sem a necessidade de frequentar o Liceu.

A solução do problema, por isso, deve basear-se uma modificação das leis de instrução do país, na parte que interfere com o Ultramar e, particularmente, com Macau, feita por fórma a manter na escola ou escolas officiais de especialização da Colónia, a estabelecer em substituição do Liceu (preparatórias de Comercio, artes e officios, etc.), um quadro de professores necessário á leccionação dos cursos que nelas mais convenha manter e no qual se possam recrutar, nas épocas próprias, os componentes dos jurisdicções dos cursos liceais a que se apresentarão os alunos conveniente preparados, durante os anos de estudo, em escolas ou leccionações particulares.

Por esta fórma, com economia para o Estado, ficaria assegurada aos macaenses a possibilidade de, sob as vistas dos seus pais ou tutores, obterem em Macau o curso geral ou qualquer dos complementares do Liceu.

— Sobre a administração do porto defende a sua entrega a uma junta autónoma cuja constituição seja adequada ao meio e fóra quanto possível da influencia da presença do governador.

Ao veto deste se submetteriam as suas decisões, relegando-se, no caso de desacordo, a decisão final de qualquer assunto, para o Ministro assistido pelo Conselho Colonial, cuja remodelação preconiza em bases que lhe permitam o funcionamento por secções, não só tecnicas, mas tambem regionais.

— Por fim o conferente alude ás intenções dos chinezes acerca de Macau, ás noticias intencionalmente propaladas sobre os territórios em litigio, ás ideias de certos funcionários locais já postas em pratica com possíveis más consequencias, como a da celebre policia do Consulado de Cantão, e ao descrédito de Macau feito por alguns portuguezes; e, fazendo referencias ao culto respeitoso que todos os macaenses têm por Portugal e á maneira como alguns deles, dentre os quais destaca o actual sr. Ministro das Colonias, o senador sr. Anacleto da Silva e o antigo presidente do Leal Senado sr. dr. Luiz Nolasco, aqui na Metrópole por vezes têm acreditado o seu torrão natal e têm pugnado pelos assuntos que mais lhe interessam, dirige um apelo a todos os portuguezes para que não saibam esquecer o nome de Macau como o da Colónia que mais leal tem sido á Mãe Patria.

MOVIMENTO MARITIMO

			IDA																							
Compañias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Frenchal	S. Vicente	S. Tiago	Principe	S. Tomé	Cabinda	Santo Antonio	Ambriz	Loanda	Novo Redondo	Lobito	Benquela	Mossamedes	Bahia dos Tigres	Porto Alexandre	Lourenço Marques	Beira	Moçambique	Porto Amélia	Ibo	India	Mocim	Timor	
Companhia Nacional de Navegação	Beira	Lisboa 15 de Janeiro																								
	Africa	Lisboa 1 de Fevereiro																	28	3	8					
	Portugal	Lisboa 15 de Fevereiro				2	3	7	8	9	9	14	15	17	19	21	22	28	3	8						
	Angola	Lisboa 1 de Março	3															28	3	8						
	Pedro Gomes	Lisboa 15 de Março	Mar. 17	21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20	Mar. 28	3	8						
	Moçambique	Lisboa 1 de Abril	3				14											Mar. 28	3	8						
	Beira	Lisboa 15 de Abril		21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20									
	L. Marques	Lisboa 1 de Maio	3				14											Mar. 28	3	8						
	Africa	Lisboa 15 de Maio	17	21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20	Maio 5	10							
Deutscher Afrika Dienst	Usambara	Hamburgo 10 de Janeiro																								
	Adolph Woerman	Lisboa 2 de Fevereiro																10	15							
	Nyassa	Hamburgo 7 de Fevereiro																17	23	30						
	Wangoni	Lisboa 2 de Março									18	19						Mar. 7	12							
	Ussukuma	Hamburgo 7 de Março																Mar. 14	20							
	Tanganjika	Lisboa 30 de Março									15	16						Maio 5	10							
			REGRESSO																							
Compañias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Moçambique	Beira	Lourenço Marques	Porto Alexandre	Bahia dos Tigres	Mossamedes	Benquela	Lobito	Novo Redondo	Loanda	Ambriz	Santo Antonio	Cabinda	S. Tomé	Principe	S. Tiago	S. Vicente	Frenchal	Porto Amélia	Ibo	Mocim	Timor	Lisboa	Amsterdam
Companhia Nacional de Navegação	Moçambique	Moçambique 9 de Fevereiro										27														10
	Beira	P. Alexandre 20 de Fevereiro									27	29	2	3	4											Mar. 25
	Africa	Moçambique 9 de Março	9	15				23		24		27													Mar. 14	
	Portugal	P. Alexandre 22 de Março				22		23	26	28	29	1	2	3	4	8	9	17	18	23					Mar. 26	
	Angola	Moçambique 9 de Abril	9	15				23		24		27				30									Mar. 26	
	P. Gomes	P. Alexandre 20 de Abril				20		21	24	26	27	2	3	4	5	9	10	18	19	24					Mar. 27	
	Moçambique	Moçambique 10 de Maio	10	16				24		25		28				1									Maio 14	
	Beira	P. Alexandre 20 de Maio				20		21	22	25	27	29	3	4	5	6	9	17	18	22					Jun. 25	
	Lourenço Marques	Moçambique 9 de Junho	9	15				23		24		27				2									Jun. 15	
	Deutscher Afrika Dienst	Sutan	Beira 12 de Janeiro																							Jul. 17
Tanganjika		Beira 22 de Janeiro																							Fev. 28	
Usambara		Beira 28 de Fevereiro		28	2																				Fev. 7	
Adolph Woerman		Beira 21 de Março		21	23					8		9													Abr. 26	
Nyassa		Beira 28 de Março	31		14																				Abr. 5	
Wangoni		Beira 18 de Abril	20							6		7													Maio 24	
Ussukuma		Beira 25 de Abril		52																					Maio 2	
Tanganjika	Beira 16 de Maio		16	18					3		4													Jun. 21		

Timor

A VALORISAÇÃO DA COLÓNIA

Timor a quem Deus deu tudo quanto podia dar, é a mais linda e rica das colónias de Portugal e de todas a mais minguada

POUCO, muito pouco mesmo, se fala de Timor, que a maioria dos portugueses só conhecem através duma tradição de má fama. Contudo, aquela terra abençoada, tão esquecida pelos homens, de solo rico e fértil, tudo produz e dá, sendo enorme o caudal de riquezas

modo de vêr, demonstrar, problemas que uma vez realizados darão á colónia a sua completa libertação do marasmo em que tem vivido.

Aproveitando a generosa hospitalidade que a patriótica e interessante revista «A Gazeta das Colónias» nos oferece, passaremos a mostrar em

que Timor produz, havendo varias espécies como o branco, encarnado e preto, que se cultivam nas varzeas e em sequeiro, sendo este melhor, e que ali se chama «arroz de montanha» ou «de hortas».

Esta cultura, de todas a mais laboriosa, é praticada sem arado, instrumento que o nativo substitui por uma manada de bufalos que lhe amassa e revolve a terra de sementeira; no entanto o nativo trabalha nela com vontade por lhe ser muito rendosa e lhe garantir o sustento.

Pois apesar de tudo isto, da enorme vastidão de terreno propício a esta cultura, Timor tem importado em grandes quantidades, arroz de Singapura para poder acudir ás necessidades da Colónia, como verificamos pela seguinte nota estatística referente a um período de dez anos (1910 a 1920), em que a colónia importou 4.379.736 quilos num valor de 191.222.000 contos de réis, ouro, ao mesmo tempo que verificamos que a Colónia, em tempos idos, já exportou em quantidade este cereal, pois encontrei noticia de que em 1858 a exportação era de 3.0 picos! (*)

Simplemente assombroso!

E foi a importar arroz que eu fui encontrar a colónia em 1920, sendo o que se consumia no mercado comprado em Singapura e que ali nos custava dezoito patacas por pico (!) isto é, mais 11 patacas por pico do que nos custa o produzido na colónia!

Confiou-me o governo da Colónia a administração duma região que é hoje um dos principais centros de produção do arroz, produção que nessa altura não ia além de 20.000 picos.

Verifiquei a enorme extensão de terreno propício e apto a esta cultura completamente desaproveitado, bastando só, para que dali trássemos proveito, intensificá-la. Pelo convencimento facilmente levei os indigenas da região que eu administrava a que

(*) Cada pico tem 62 quilos.



TIMOR— Mulheres limpando arroz

que ali temos quasi que imobilizadas e que convenientemente exploradas e desenvolvidas compensariam largamente todos os sacrificios que ali fizéssemos.

Bem mereça a longuica e pequena colónia que para ela volvamos também as nossas atenções e o mesmo carinho e assistência que dispensamos ás grandes e celebradas.

Terra essencialmente agricola, é no desenvolvimento e aproveitamento dos seus produtos que reside a solução do chamado «Problema de Timor» que estudado juntamente com o da pecuaria, outro notavel valor económico da colónia, o das pequenas e grandes industrias que ali temos á mão, tudo enfim que representa a enorme riqueza que ali vemos imobilizada, constitui uma série de problemas paralelos cuja solução não é difficil, como procurarei, segundo o meu

sucessivas noticias, o que é a Colónia de Timor, tratando especialmente das suas principais culturas, como a do café, de todas a mais rica e de que em grande parte depende o futuro e prosperidade da Colónia, do cacau, arroz, borracha, tabacos, algodão, das variadissimas fibras etc. e das suas pequenas e grandes industrias.

Começaremos hoje por breve noticia sobre o arroz, um produto que pode vir a ser uma das grandes fontes de riqueza da colónia, também ainda mal aproveitada:

Desde épocas remotas que o arroz é cultivado em Timor pelos indigenas, constituindo um dos principais alimentos da população, sendo também, como o café e o milho, um dos melhores produtos com que fazem as suas transacções e permutas.

E' de excelente qualidade o arroz

cultivassem todas as varzeas da região, resultando uma brilhante colheita, cuja produção foi além de 50.000 picos, cessando por esse motivo imediatamente a ruinosa importação que até ali vínhamos fazendo.

Se cito este facto, em que directamente intervim, é apenas para demonstrar a possibilidade e facilidade com que podemos desenvolver e explorar tudo o que ali ha de muito bom, e que vemos estacionado.

Presta-se a mais largas considerações este problema, porque é um problema este da cultura do arroz que, como vemos, temos descurado, não sabendo ou não podendo aproveitar esse enorme factor de riqueza.

Já não quero que copiassemos o que para esta cultura fazem os nossos vizinhos holandeses, que a ela dedicam especiais cuidados e atenções, tendo estações experimentais de ensaio e selecção de sementes nos estabelecimentos anexos ao Jardim Botânico de Buitenzorg, que eu tive occasião de visitar na minha passagem por Batavia.

Tanto não exigia eu para Timor, não só porque as condições económicas da colónia não permitiam a montagem deste organismo, dispendioso mas utilissimo, como tambem porque ficaríamos já bem contentes se a produção bastasse ás necessidades da

colónia e alguma coisa mais que exportaríamos para Port Darwin, que fica a 36 horas de Dilly e para outros pontos da Austrália, onde este género não abunda, especialmente nestes últimos anos.

Eu bem sei que a intensificação da produção está inteiramente ligada ao



[TIMOR]—[Ceifando arroz

problema magno das comunicações interiores e exteriores, pois nada se poderá fazer enquanto não tivermos estradas que vão dos centros de produção ao litoral e ali tenhamos transportes que deem vasão á nossa produção pois, sem estes factores de primacial importancia, nada se lucrará em intensificar a produção agrícola, e os resultados seriam contraproducentes e até inconvenientes, debai-

xo do ponto de vista de politica-indigena, por não haver o direito de obrigar o indigena a cultivar e produzir generos a que não possamos dar saída ou imediata colocação.

Resolva-se pois o problema das comunicações que não é difficil; intensifique-se a produção, o que ainda é mais facil, e veremos como o modo de ser económico da Colónia, num curto prazo, entrará em prosperidade manifesta.

A que deve Java a sua prosperidade e grandeza? Que faria á sua produção de 500.000 picos de café? Como transformaria a sua produção, num valor annual de dois milhões e meio de florins? Consegue-o pela sua enorme frota mercante e pelos 4.000 quilometros de linha ferrea e á mais perfeita rede de estradas e caminhos, que eu conheço.

Era esta a prosperidade que eu sonhava para aquella estreita faixa de terra portuguesa. E porque o não realizaremos? Teem porventura os outros mais valor e capacidade colonisadora de que nós? Não, não teem porque o muito que elles sabem aprenderam connosco. Adormecemos um pouco. Acordemos e venceremos.

É essa a minha grande fé.

F. C. DA SILVEIRA FERNANDES.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanças, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Oficinas, docas e outras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,”

Estrangeiro

O problema dos transportes no Congo Belga

JÁ a «Gazeta das Colónias», no seu n.º 14, nos esclareceu quanto ao desenvolvimento que, em 1 de Janeiro de 1923, tinham na grande colónia belga as suas estradas, os seus caminhos de ferro e as suas vias fluviais. Mas o grande trabalho até então realizado, tendo sido largamente excedido pela velocidade com que se foi operando a transformação económica do território, como insufficiente teve de ser considerado e, para que a produção da terra não ficasse a apodrecer nas estações e nos portos, deliberou o Ministro das Colónias que uma grande comissão, sob a presidência do ministro de Estado e vice-presidente da «Société Générale de Belgique», M. Francqui, procedesse aos estudos necessários para a conveniente preparação da Colónia relativamente aos seus meios de transporte, — comissão essa que ficou constituída por 17 membros escolhidos entre o que de melhor havia na Administração da Colónia e das suas grandes empresas, incluindo engenheiros e dois ilustres governadores gerais, os srs. Maurice Lippens e Coronel Henry.

O relatório dessa Comissão foi apresentado em 8 de Novembro do ano findo, e nele se começou por fixar o princípio a que devia obedecer a política dos transportes. Ei-lo... para meditação dos nossos homens de governo:

— «A política dos transportes, no espirito da Comissão, é dominada pela necessidade de manter constantemente a capacidade dos organismos de transporte em harmonia com a produção do Congo. Ainda mais: o seu rendimento deveria exceder as necessidades, de maneira que o desenvolvimento económico não pudesse em momento algum ser posto em cheque.

Este tem sido o meu «cavalo de batalha» e, como se vê, parece que não estou muito mal acompanhado... na «cavalaria».

Adiante, pois...

Para levar a bom termo a sua vasta e complexa tarefa, dividiu-se a grande Comissão em quatro sub-comissões, com a seguinte divisão de trabalhos:

1.ª sub-comissão. Presidente: M. Lippens, governador geral honorário. Competia-lhe o estudo do Baixo Congo, portos de Boma e Matadi, caminhos de ferro do Congo e do Maiombe.

2.ª sub-comissão. Presidente: M. Henry, governador geral honorário. Tinha por missão o estudo do porto de Kinhasa e os transportes no rio Congo e seus afluentes até Stanleyville, com excepção do serviço directo Kinhasa-Ilebo.

3.ª sub-comissão. Presidente: Barão de Cuveller, conselheiro de Estado. Coubera-lhe o estudo de Stanleyville a Bukama e o tráfego para Dar-es-Salaam.

4.ª sub-comissão. Presidente: M. Van Brée, director da «Société Générale de Belgique». Estudaria, finalmente, o serviço directo fluvial de Kinhasa a Ilebo, o caminho de ferro do Baixo Congo-Katanga, o caminho de ferro de Katanga e a navegação aérea entre o Baixo Congo e Katanga.

Ora vejamos, em resumo, o que foi que as sub-comissões constaram e propuzeram:

Caminho de ferro do Maiombe: Em 1923, o tráfego fôra de 18:000 toneladas, registando-se uma forte progressão em 1924 e prevendo-se que até 1930 se eleve a 130:000 toneladas. A capacidade da linha actual, quando inteiramente equipada, seria de 150:000 toneladas. O governo fizera estudar a transformação da linha com as características seguintes: raio mínimo, 60 metros; rampa máxima, 28 milímetros; o que permitiria formar comboios de 60 toneladas de carga útil, elevando a capacidade da linha a 300:000 toneladas. Mas a comissão propõe que o raio mínimo seja de 150 metros e a rampa máxima de 20 milímetros, o que tornará muito maior a sua capacidade anual.

Caminho de ferro do Congo (Matadi-Ilebo): A sua capacidade de transporte no ano decorrente deverá ser de 16.000 toneladas e de 21.500 toneladas em 1927, a qual já não poderá ser obtida sobre a linha actual, tal como presentemente está sendo explorada. Para que se evite este perigo eminente, propõe a Comissão que rapidamente se encetem os trabalhos de transformação da linha e a construção dos portos de Matadi e Kinhasa, concedendo-se as máximas

facilidades no angariamento de mão de obra e que as tropas de engenharia participem na execução. Sob o ponto de vista técnico, alvitra-se que o emprego do carvão seja substituído pelo «mazout»; que a linha seja transformada em alguns dos seus pontos; e que, tendo em vista a sua futura electrificação, se crie desde já uma central hidro-electrica no M'Pozo.

Rede da Companhia dos Caminhos de Ferro do Congo Superior aos Grandes Lagos Africanos: O seu tráfego, que fôra de cerca de 78.000 toneladas em 1923, presumia-se que subisse a 215.000 no ano decorrente. O seu material em serviço e já encomendado, era reputado suficiente para as suas necessidades. Mas recomendava-se que a Companhia estivesse em constante vigilância para manter a capacidade de transporte do seu material, consoante as exigências das regiões que serve.

Caminho de Ferro de Stanleyville-Nepoko-Kilo: Propunha-se a sua urgente construção para o fim de valorisar os ricos e populosos territórios de Nepoko e de ligar directamente ao rio as regiões mineiras e agrícolas do Ituri (Kilo) e do Alto-Uele.

Caminho de Ferro de Katanga: Considerava-se em condições de assegurar todo o seu tráfego, que no ano findo atingira cerca de 2.500.000 toneladas, sendo a capacidade de transporte da linha dupla das suas necessidades.

Caminho de Ferro do Baixo Congo-Katanga: A sua construção estava decorrendo normalmente, devendo ficar concluído em 1927 e aberto á exploração em 1928, considerando-se que a linha possa, praticamente, fazer face a um tráfego ilimitado.

Caminhos de Ferro Viviais de Uele: Limitou-se a Comissão a exprimir o voto de que a linha de acesso dos distritos do Baixo e do Alto Uele para o rio seja estabelecida no mais breve prazo, de maneira a assegurar transportes económicos para todos os produtos.

Relativamente aos portos dos rios, opinou a Comissão que eles devem ser construídos pela colónia e ficarem sua propriedade, considerando indesejável que eles se tornem pertença de organismos particulares. Mas, quanto ao seu apetrechamento e ex-

ploração, entende, porém, que se, eventualmente, também o apetrechamento pôde ser feito pela Colónia, a sua conservação e exploração seria mais conveniente que fosse confiada a organismo privado, o qual teria mais facilidade em poder mantê-las á altura das necessidades e adaptar a exploração ás suas exigências crescentes. E, consoante o seu critério, propõe que princípios idênticos sejam adoptados relativamente aos portos de Bôma e de Matadi, julgando-se que assim haveria vantagem não só para o comércio como também sob o ponto de vista financeiro.

O porto de Bôma é dado como não apetrechado e em más condições, sendo insuficiente a sua ponte. A capacidade do porto de Matadi é também considerada muito inferior ás suas necessidades actuais, tornando-se preciso o prolongamento na direcção de Fuka-Fuka ou o estabelecimento dum novo porto em Ango-Ango.

O porto de Kinshasa, cujo cais de 341 metros está sendo construído para um movimento de 300.000 toneladas, entende a Comissão que deverá ser aumentado até 500 metros, calculando já que o seu movimento em 1930 não seja inferior a 500.000 toneladas, em consequência da abertura do Caminho de ferro do Baixo Congo-Katanga.

Quanto aos restantes portos terminus e de trânsito, limitou-se a Comissão a propôr que nêles se construíssem as gares, armazens, hangares e pontões que a sua importância e o género do seu tráfego reclamassem, preparando-os convenientemente para o fim a que se destinam.

Relativamente ás comunicações aéreas, propôs a Comissão que, no caso de não se decidir já a ligação com Katanga, se tomasse Luebo, provisoriamente, como testa da linha que deverá partir de Kinshasa em direcção a Katanga.

... Depois disto, pergunto apenas: qual é o homem de Portugal que tem conhecimento dos planos de valorização dos nossos territórios de Angola e de Moçambique, muito embora não seja ignorado que já em *missões técnicas* algum dinheiro se gastou e que não podemos demorar as nossas obras?

Um banco emissor em Madagascar

Noticiou a imprensa francesa que, em 20 de Dezembro do ano findo, fôra distribuído pelo Governo aos membros das duas Câmaras um projecto de lei tendente á criação dum Banco emissor em Madagascar, fixando-se no respectivo relatório os pontos de vista do Governo sobre os

princípios que deverão reger os estabelecimentos coloniais desta natureza. São dêle estas palavras:

— «O privilégio concedido a um estabelecimento privado deverá ser remunerador para aquêlle que o recebe, mas somente numa medida limitada e não em opposição com o interesse público. E, assim, torna-se preciso que, ao mesmo tempo que se assegure a satisfação máxima das exigências financeiras, se vêle também para que o Banco seja o dispensador imparcial do crédito e favoreça a expansão dos negócios comerciais e industriais.

A duração do privilégio de emissão foi fixada em 20 anos. As notas emitidas poderão ser trocadas ao par nos «guichets» do Banco contra uma ordem de pagamento em França, reembolsavel em notas metropolitanas. A reserva de garantia da emissão será constituída em ouro ou em moeda metálica, e ainda em divisas estrangeiras convertíveis em oiro á taxa da paridade, ou num crédito ao Tesouro, em conta especial, sem juro.

O capital do Banco será de 15 milhões de francos, metade do qual realizado. Uma parte igual a 20% do total das acções será oferecida á colónia e uma outra parte, da mesma importância, aos habitantes da colónia.

O direito do Banco na fixação da taxa do desconto é limitado, e o mesmo sucede quanto aos adiantamentos que por ele sejam consentidos á Colónia.

A Colónia terá participação nos lucros sob a forma de 3:000 partes, que receberão de metade a três quartos dos lucros líquidos, depois de descontados 5% e 10% para as reservas legal e suplementar, 8% para o capital realizado e 10% em favor do pessoal. E a mesma participação caberá ao Estado, que também fica gosando o direito de nomear o presidente do Conselho de Administração, o Director Geral e mais três administradores.

... Como se vê — a França procura acautelar-se de todos os erros que nos fizeram cair na pavorosa situação bancária que está asfixiando os nossos domínios do Ultramar.

A valorização económica do Senegal

M. Didelot, que nos recursos orçamentais... e na docilidade duma população abundante, encontrou «disponibilidades» para fundamentar um programa de melhoramentos sociais e económicos, a realizar no espaço de três anos, dentro da colónia que administra, deixa-nos boquiabertos com o seguinte plano de obras, que

a imprensa da especialidade classifica de... *realista e sabiamente concebido*:

— Arroteamento do baixo vale do Senegal para aumentar a extensão das culturas e das pastagens;

— Valorização das regiões secas, e principalmente do Ferlo, pela constituição das albufeiras;

— Rearborização metódica de alguns distritos;

— Aumento de produção agrícola;

— Melhoramento e desenvolvimento das vias de comunicação.

A primeira parte destes trabalhos tem por fim tornar utilizaveis cerca de 400 mil hectares de terreno, em primeiro lugar para as pastagens e a seguir para a cultura de plantas fibrosas, como o algodão e o sisal.

A luta contra a secura da colónia, que se manifesta duma maneira inquietante, terá o seu começo pela fixação das reservas florestais em cuja área se tornarão interditas a apascentação de gados e as «queimadas» para fins venatórios ou agrícolas, ao mesmo que se iniciará a rearborização industrial sobre pontos utilmente escolhidos.

As medidas tendentes ao fomento agrícola teem a sua expressão máxima... nos prémios concedidos ás colectividades que se dediquem á cultura de plantas textis e de coqueiros.

... No género «blague», não conheço melhor e difficilmente se encontrará quem as «forje» tão sedutoramente como os franceses. Um programa de melhoramentos sociais e económicos, que até envolve a modificação do clima pela influencia dos arvoredos, e que se começa a levar a efeito apenas com... 125:000 francos de capital, será para três anos — ou para três séculos?

Se o nosso Latino Coelho vivesse, como esfregaria as mãos de contentamento ante os numerosos discipulos que o seguem em matéria de orçamentologia colonial!...

Um coice italiano

No *Echi e Commenti* de 5 de Fevereiro, um feroso «signore» Mario Orsini Ratto, firmando as patas dianteiras nos «40 milioni di abitanti che non trovano sfogo in terre coloniali proprie», assenta os cascos trazeiros na carcassa deste «piccolo, incapace ed impotente Portogallo»... que, algumas vezes, sendo mais pequeno ainda, repeliu as legiões de Roma.

O «signore» Orsini Ratto, mais lido na «*stampa di Lisbona*» do que nas páginas da *Historia*, ha de ter resposta condigna... e não perderá com a demora.

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : :
LUIS MOITA : : : : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

O "HERDEIRO," de Carlos Selvagem

O caso é que estamos diante duma definitiva afirmação de força excepcional e excepcional talento, como igual me não lembra de encontrar em obra dramática portugueza, do *Frei Luiz de Souza*, para cá.

Quando isto escrevo, estou pesando as palavras uma a uma, repassando de memoria as mais belas e adoráveis scenas de D. João da Camara, o raro talento e violencia ribatejana de Marcelino Mesquita, o teatro tão rico de ideias do dr. Coelho de Carvalho, sem me esquecer duma encantadora peça que ha anos em horas de pouca sorte, passou pelo Polytheama, ante a mais apagada e vil tristeza publica, apezar de admiravelmente representada por Aura Abranches, Chaby e Ribeiro Lopes: refiro-me ao *Modelo*, de Julião Machado, obra plena de saude e de equilibrada intelligencia, da mais enternecida e nobre melancolia.

Foi pensando, pois, em coisas serias que eu me atrevi a afirmar de *O Herdeiro*, o que acima afirmei.

E não tendo espaço para uma minuciosa analyse dos seus defeitos, permitto-me, comtudo, lembrar a Carlos Selvagem que as palavras, que parecem de profundo affecto e saudade, com que o pai do *Herdeiro* se refere á mulher já morta fazendo-nos de entrada presumir que os unira um grande e serio amor, falsificam a figura daquelle pobre diabo do pai e perturbam um tanto a linha admiravel de toda a peça; esse grande amor nos obrigaria a perdoar-lhe o ter-se esquecido de que ella era uma incuravel doente, incapaz de deitar á vida productos sadios...

E demais, eu creio não ser duma grande audacia afirmar que é condão do amor vencer a Fatalidade, capaz de sacar dum ventre enfermigo, á força de alegres e vitais energias, um rebento forte e digno de vencer na vida. Decerto a intelligencia da Especie busca aproximar os fracos uns dos outros; e, dando-lhes a grande illusão do amor, em febre lhes acicata o desejo, para que, incapazes como são, a si proprios se destruam na pessoa dos filhos definitivamente condemnados...

Mas o Amor, creio que mesmo em physiologia é um grande géador de mi-

lagres. E se esse homem tivesse amado fervorosamente essa mulher, teria depois, pelo menos, cercado o filho de mil cuidados, e cuidados intelligentes (pois que até fizera um pouco de medicina) não o teria leviamente enviado para um collegio, e succederia o que tantas vezes temos visto acontecer: o rapaz ao bater dos vinte e um annos, ser afinal um animal sofrivelmente robusto, que viria a inspirar mais sérios cuidados ao primo Carlos, quando lhe desse, como deu, para lhe requestar a mulher.

Outro senão da obra, e que lhe dá aspectos duma crueldade inferior, me parece a hedionda vingança do rapaz atirando o pai quasi velho para a miseria.

O pequeno, além de tuberculoso, era maligno, e isso não o diz o drama donde lhe vinha. Aquelle mocinho, com tanta preocupação de elegancia, no seu odio de condemnado á morte, deveria ter preferido lapidar o pai com todo o seu ouro, em cada cheque pondo um vivo insulto, em cada libra um traço de vingança. E a tragedia das almas não seria menor.

Parece que Carlos Selvagem quiz impressionar especialmente a Rua dos Capelistas e teve medo que de outra maneira a Rua lhe não comprehendesse a peça.

Demais aquella noção de que «o dinheiro é sangue» não é natural em tão verdes annos, especialmente em moço tão ultra-romantico como é aquelle herdeiro; e esta preocupação do ouro e a sua transfusão nas almas, que já envenena as paginas admiraveis do *Entre Giestas*, sugere-me a desconfiança de que o forte dramaturgo não se livra de ter sua costella judaica...

Claro que em toda a immensa obra de Balzac, o dinheiro aparece como uma especie de Deus, o formidavel motor de toda a comedia humana mas nos personagens de Carlos Selvagem, o caso é pior: parece que suam dinheiro por todos os poros do corpo e da alma.

E alem de todo o mal que venho dizendo, ha ainda entre as veridicas figuras deste drama, todas de magistral desenho, uma só que pela confeição mais me parece fabricada do

que vivida, ou que, pertencendo a outra peça do auctor, nos surge aos pedaços dentro desta, sem ligação sensível entre os seus varios aspectos todos contraditorios, e nem sequer tornando-se interessante pela volubildade do character.

Não vive, é o caso; e desenhada de mais e desenhada de menos, chamando immenso a attenção emquanto se move ou poisa em scena, logo esquece apenas sahe do tablado. De certo ella é curiosa em tudo quanto diz, pois que sempre a segurança e naturalidade de linguagem que já no *Entre Giestas* se afirmara sobria, clara, por vezes perfeita, é no *Herdeiro* de uma tal pujança, tão prompta e fortemente articulada, que nem nos melhores momentos de Marcelino se encontrará dialogo de tamanha riqueza.

Mas porque lhe não deu Carlos Selvagem as attitudes duma bella estatua, corpo e alma que fossem como um claro torno de agua, allegorica *Fons-Vitae* de que o misero ettico tentasse na sua sede aproximar as magras mãos e a bocca resequida? Para que a sujou de tanto senso commum se ella era a Belleza, ou se quiz tão bella, para que lhe forneceu uma tão mesquinha alma?

Um alto serviço lhe prestou a intelligentissima notavel artista D. Amelia Rey Colaço, que neste papel entrou muito como auctora, compondo da sua lavra, encobrando com a sua rara elegancia e talento maravilhoso todas as falhas do personagem que doutra maneira quasi se teria perdido inteiramente. Eu creio até que a illustre senhora fez deste admiravel trabalho como que antecamara para a sua *Dama das Camélias* com que honrou o theatro portuguez, e de que um publico, na sua maioria incompetente, não soube attingir a intelligencia, e probidade, a comovida belleza e o profundissimo sentimento.

Que o *Herdeiro*, ao menos lhe seja grato...

São estes, creio, os salientes defeitos deste drama e aqui os denuncio sem lhes adoçar uma linha sequer, pois que em obra de tão rijas e largas costas é que é dar sem sombra de receio, pois não ha golpe que a abata, tão fortemente equilibrada ella se encontra, e de tão séria e sadia

NOTICIAS E COMENTARIOS

Cabo Verde

Tendo havido apenas um concorrente, nas condições legais, aos lugares vagos de professores do liceu de Cabo Verde e sendo indispensavel prover definitivamente tais lugares, consta que vae ser modificada a lei no sentido de poderem concorrer os actuaes professores interinos que tenham exercido com competencia e zelo os seus lugares.

Terminou no dia 10 do corrente o praso para o concurso aos lugares de aspirante das alfandegas da provincia.

Guiné

Regressaram da Guiné o 1.º official do Ministerio das Colónias e vogal do Conselho Colonial Sr. Morais e Castro, bem como o 1.º contador Sr. Carlos Frederico Parreira. O Sr. Morais e Castro fôra ali organisar o anuario official da Provincia, trabalho muito util e inteligentemente elaborado; o Sr. Parreira estava servindo interinamente de auditor fiscal e regressou por opinião da Junta de Saude.

— Apresentou-se no Ministério e deve seguir na primeira oportunidade para a Guiné o engenheiro agrônomo Sr. Francisco Xavier de Miranda Roncon.

S. Tomé

Acompanhado de seu filho como secretario, seguiu para Moçambique, em missão de recrutamento de serviçais para S. Tomé, o Sr. Artur Marinha de

belleza surge armada ante os nossos olhos maravilhados.

Se a sua construção deixa por vezes descoberto a imperfeita carpinteria dum ou outro trecho, ella ergue-se comtudo com uma tão robusta e violenta solidez, tão orgulhosa e vibrante de intelligencia, que não ha mais remedio que atirarmos os chapéus ao ar, saudando este Solness beirão de rica seiva, semi-genio e semi-barbaro, que a vida activa das cavalarias e da guerra, creio, libertou para sempre do terror e da angustia das vertigens.

E sem eu mesmo querer, evoco trêchos ricos de dialogo, e scenas duma profunda e intensa vida, onde domina ao lado das mais inesperadas audacias, um real talento que jamais perde o respeito de si proprio.

FREI CARLOS.

Campos, devendo seguir depois para Angola, caso reconheça impossibilidade de fazer esse recrutamento naquella provincia. Informam-nos que o Sr. Marinha de Campos, espera, obter, sobretudo nos territorios das Companhias, o numero de braços indispensavel para acudir de pronto á critica situação de S. Tomé.

Permitimo-nos duvidar que o consiga; no que respeita á Companhia de Moçambique, sabemos que longe de ter excesso de mão de obra, tem de a importar, dado o seu desenvolvimento agricola; na do Niassa... poderá ser, se antes não fugirem os pretos todos. No entanto aguardemos e não seremos nós que regatearemos louvores ao Sr. Marinha de Campos se conseguir, como espera, resolver o mais importante problema da nossa primeira Colónia Agrícola.

Angola

Alto Comissário

Deve até ao dia 20 estar definitivamente nomeado o Sr. Portugal Durão para Alto Comissário em Angola. A operação financeira a realizar na metrópole, a que os jornais se tem referido, pôde assegurar á provincia os meios de começar efficientemente a regularisar a sua situação.

Será depois uma questão de método e, sobretudo, de economias, em que muito tem trabalhado já o actual Governador Sr. Tavares de Carvalho.

O Sr. Portugal Durão deve seguir no dia 1 de Abril para Loanda acompanhado de uma missão de engenheiros.

Regosijamo-nos com o facto e fazemos sinceros votos por que as dificuldades, que possam existir, sejam removidas de forma a conseguir-se que a Provincia de Angola tenha em breve á frente da sua administração quem possa encaminhá-la para melhores dias.

Moçambique

Imprensa colonial

Em Lourenço Marques iniciou a sua publicação *O Radical*, semanário que se apresenta como defensor dos interesses da Provincia de Moçambique.

O nosso novo colega que se declara alheio a qualquer partido politico, põe nos interessantes artigos que insere uma combatividade que faz prever que nele encontrará Moçam-

bique um duro paladino do seu progresso.

Com o oferecimento da nossa solidariedade na missão que sobre si tomou, apresentamos ao nosso novo colega os nossos cumprimentos e os sinceros votos pelas suas prosperidades.

Companhia do Niassa

O nosso colega *O Brado Africano*, de Lourenço Marques, insere num dos seus últimos numeros uma correspondência de Porto Amélia onde, ácerca da administração da Companhia do Niassa, se acentua o progressivo exodo dos indigenas do território.

Dessa correspondência recortamos o seguinte:

«Os pretos... vão em massa para o Tanganyka, Nyassaland, etc., despoamento que se regista todos os dias. Do concelho de Montepuez fugiram 30 mil familias, de Ankuabe 10 mil, de Mckufi 8 mil, de Amaramba e Malma 12 mil, de Metarica 8 mil, de Metangula 10 mil, do Tungue 7 a 8 mil, de Mocimboa 4 mil, de Quisanga 6 mil, dos Makondes 4 mil, de Metonia 3 mil, etc., etc. e isto vai caminhando para que os territorios sejam em breve um grande deserto e uma grande necrópole.»

Ao sr. Ministro das Colónias, esperamos que o assunto merecerá a atenção que o caso requiere e que S. Ex.ª não deixará de dispensar lhe, conhecida como é a importância que o facto reveste sob todos os aspectos por que se encare.

Pesquisas mineiras

Do nosso colega *O Radical*, de Lourenço Marques:

«Em Agosto, passado, foi publicado no *Boletim Oficial* a formação de uma Companhia de pesquisas mineiras com a denominação de «Companhia de Minas de Moçambique», com um ca. ital de £ 19:500.

Dizem-nos que ha carvão muito perto de Lourenço Marques, em abundância e de optima qualidade, mas que esta Companhia não consegue obter a respectiva licença ou concessão de pesquisas, na área pedida.

Parece que a Câmara de Minas do Transvaal não vê com bons olhos a formação da «Companhia de Minas de Moçambique», havendo alguém na sombra que trabalha para que a concessão não seja dada a esta Compa-

nhia, formada por portuguezes e com capitais portuguezes.

Chamamos a atenção das autoridades que superintendem nestes serviços para evitar que o estrangeiro cubicoso venha, com prejuizo de portuguezes, lancar a garra adunca sobre uma das grandes e futuras riquezas desta Provincia.»

Secundamos os reparos do nosso prezado colega.

~ Dá-se como provavel o regresso a Lisboa no mez de Maio ou Junho do Alto Comissário sr. Azevedo Coutinho. Será para conferenciar com o sr. Ministro?

Não sabemos, mas não devemos estar longe da verdade informando que dificuldades teem surgido a S. Ex.^a o Alto Comissário que desejaria vêr, sobretudo, realiado um empréstimo em condições parecidas ao que chegou a ser tratado em Londres.

O sr. Engenheiro Costa Serrão embarca no dia 1 próximo e vai reorganisar os serviços de portos e Caminhos de Ferro, especialmente.

India

Congresso Provincial

Consta que em Março vai reunir o 6.º Congresso Provincial. Fazemos sinceros votos que dessa assembleia, que grandes serviços pode prestar ao Estado, saia qualquer coisa de utilidade imediata para a India.

~ Foi colocado em Quepem como juiz o bacharel Rodolfo da Conceição Colaço, devendo ser colocado no quadro o bacharel Nuno Madeira Pinto, juiz da vara crime das lhas de Gôa, por incapacidade fisica temporaria.

~ Regressa em Maio a Lisboa o sr. dr. Jaime de Moraes illustre governador, devendo ser substituido no seu cargo pelo deputado da nação sr. João Camoegas.

Macau

Partiu para Macau o nosso illustre colaborador, sr. Hugo de Lacerda, engenheiro distinctissimo, a cargo de quem continuam estando as obras do Porto de Macau. Conseguiu S. Ex.^a

vêr resolvidos pelo Ministerio das Colónias as questões que mais afectavam o futuro desenvolvimento do porto de Macau.

Felicidades, por isso, o sr. Almirante Lacerda e fazemos votos para que as suas obras sejam concluidas com a maior felicidade, para a prosperidade de Macau.

Timor

Foi dado provimento ao recurso que o engenheiro Bismark Dias apresentou no Supremo Tribunal de Justiça contra a sua exoneração de director das Obras Publicas de Timor. Como se sabe, para este logar fora já contratado o engenheiro srs. Nascimento Veiga que está já ao serviço da provincia. Como resolverá agora a colónia o assunto?

Consta que o respectivo Governador pediu para o Ministerio lhe não enviar mais funcionários para Timor.

Havemos de tratar da fórma como os tribunais estão julgando os recursos em contrario ás resoluções ministeriais, o que se nos afigura grave.

RICARDO PIRES & C.^A

LISBOA

RUA DA GLORIA, 7, 1.º D.º

End.º tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.º tel.º—Tabacos—Silvares

INDUSTRIAL FRIGORIFICA *Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Matange)*

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA *Fabrico mecanico aperfeçoado de picados, cigarros e charutos*

IMPORTADORES

SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios de:

Elias & Pires, Ltd., em Lucala—com filiais de permuta nas regiões de café.
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd.—(Agricultura).
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito—(creação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machado & Ricardo nos Selles — (Cultura de Palmares).

O SEU MOTOR EXIGE **Spidoléine** O OLEO QUE LUBRIFICA

MARQUES, SEIXAS & C. A L. DA

LISBOA E AFRICA

LISBOA — TRAVESSA DOS REMOLARES, 10, 3.º, ESQ.

Telegramas "FERRAMENTA" — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — CAIXA DO CORREIO N.º 3

Telegramas "SEIXAS" — Telefone 1

Sortido completo de armarinho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

MARINHAS DE SAL

Criação de gado bovino, e navegação á vela para todos os portos da provincia

Grandes plantações de algodão e fabrica de desgranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo Redondo

Grandes depósitos de café do Amboim, óleo de palma e coconote das suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto

Companhia Estrela-Farim

Concessão na Guiné

Séde — Rua Ivens, 21 e 25

LISBOA

TELE fones — C. 46 e C. 5395
gramas — CIRICA

CODIGOS A. B. C.
Ribeiro
Mascote

SANTOS, OLIVEIRA & C. A

Comerciantes e Agricultores

Comissões e Consignações

LOANDA E MALANGE

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excelentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

Companhia Nacional

DE

PRODUTOS COLONIAIS, L. DA

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOA

Transações sobre cacau,

café, cera, coconote e couros

CONCESSIONARIO EXCLUSIVO

PARA A

Africa Occidental Portuguesa



COMERCIO DE ANGOLA, LDA.

REPRESENTANTES DA

COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA
Benguela — Lobito — Loanda

MOSAICOS CERAMICOS

DA

FABRICA DE LOIÇA DE SACAUEM

Para revestir pavimentos de Salas, Casas de banho, Cozinhas, Terracos, Halls, etc., etc., em substituição dos vulgares ladrilhos hydraulicos, corticites, etc., incontestavelmente de maior duração, maior resistencia e de maior efeito. Fabricação garantida, rivalizando com o artigo congénere estrangeiro

Padrões e preços no depósito da Fabrica **Rua da Prata, 130 — LISBOA** TELEFONE C. 316

O SEU MOTOR EXIGE **Spidolaine** O OLEO QUE LUBRIFICA

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Caiz do Sodrê

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarém, Setúbal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLÓNIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshasa (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Leanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E.—Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

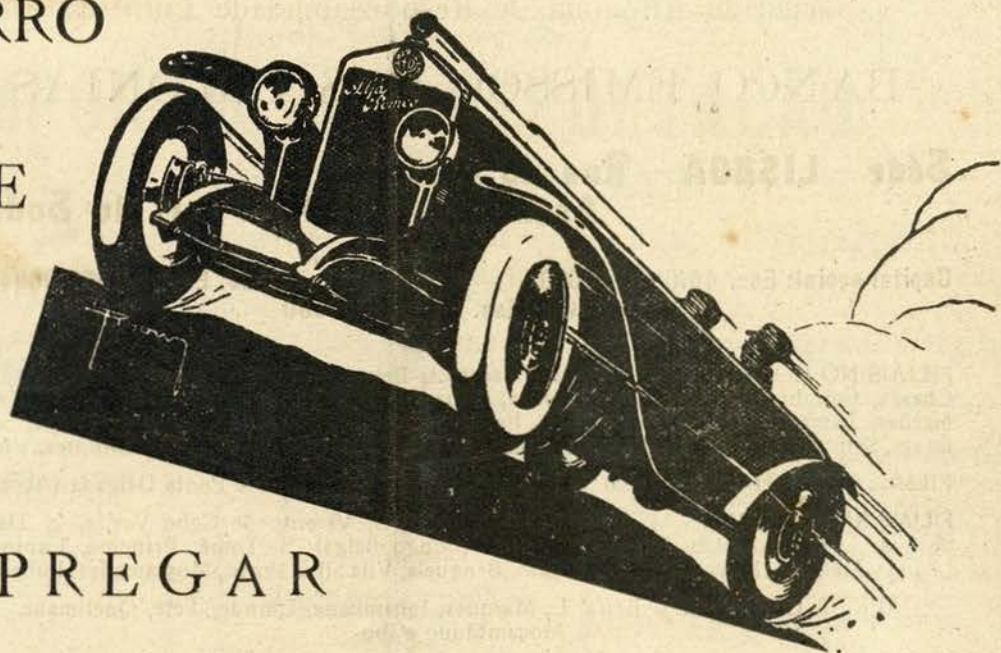
Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

VACUUM OIL COMPANY